



MUNICÍPIO DE CAPETINGA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Administração 2021/2024

EDITAL DE LICITAÇÃO	Modalidade - Pregão Eletrônico LEI FEDERAL 14.133/2021 REGISTRO DE PREÇOS 008/2024	PRC 068/2024 PREG 010/2024
OBJETO: Implantação de registros de preços, visando futuras prestações de serviços de Lavagem e Engraxada em veículos da Frota Municipal e Veículos de Convênio. CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DA PROPOSTA: MENOR PREÇO GLOBAL MODO DE DISPUTA: ABERTO. INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: <u>A partir da publicação do edital</u> ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS: 17/09/2024 às 9 horas INÍCIO DA SESSÃO DE LANCES: 17/09/2024 a partir das 9h O encaminhamento das propostas deverá ser efetuado até a data e horário fixado para abertura das Propostas Comerciais. TEMPO DA DISPUTA: 10 (dez) minutos, mais prorrogação automática pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública MODO DE DISPUTA ABERTO: os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, sendo que a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública. A prorrogação automática da etapa de envio de lances tratada, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários. INTERVALO MÍNIMO DE DIFERENÇA DE LANCES SERÁ DE R\$ 100,00 (cem reais) A sessão será realizada na plataforma de licitações <i>on line</i> AMM LICITA do desenvolvedor LICITAR DIGITAL através do link www.licitardigital.com.br. Caso ocorram dúvidas de procedimento antes e durante a sessão, deverá ser acessado a central de ajuda o qual possui conteúdos para auxiliar os licitantes nas suas principais dúvidas, disponibilizados através do link "AJUDA DO SISTEMA" no endereço https://licitardigital.tawk.help/category/fornecedor e no link CONTATO https://faq.whatsapp.com/ e também através do telefone/whatsapp (31) 3191-7001 e do e-mail contato@licitardigital.com.br Os editais e anexos dos certames publicados estarão disponíveis para <i>download</i> no site provedor do sistema através do link na plataforma da LICITAR DIGITAL através do endereço https://app2.licitardigital.com.br/pesquisa e no site da Prefeitura de Capetinga, a saber, www.capetinga.mg.gov.br, através do Portal da Transparência no link licitações, www.capetinga.mg.gov.br/transparencia/licitacoes/editaisdelicitacao.		



MUNICÍPIO DE CAPETINGA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Administração 2021/2024

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2024

Processo Administrativo Licitatório nº 068/2024

REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Capetinga/MG torna público, para conhecimento das empresas interessadas, que está aberta a licitação acima referenciada, na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, que objetiva **Implantação de registros de preços, visando futuras prestações de serviços de Lavagem e Engraxada em veículos da Frota Municipal e Veículos de Convênio**, conforme quantitativos e especificações contidas neste instrumento.

A Licitação é do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL** e será processada em conformidade ao disposto na Lei nº. 14.133, de 2021 e posteriores alterações, em conformidade com o Decreto Municipal nº 012/2024 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste edital e seus anexos integrantes:

SERÃO OBSERVADAS AS SEGUINTE DATAS E HORÁRIOS PARA OS PROCEDIMENTOS:

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS POR MEIO ELETRÔNICO: **A partir da publicação do edital**

FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS POR MEIO ELETRÔNICO: **Até às 08h:59min - Horário de Brasília do dia 17/09/2024**

INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: **A partir das 9h Horário de Brasília do dia 17/09/2024**

MODO DE DISPUTA: **ABERTO**

PARA FINS DE CADASTRAMENTO DAS PROPOSTA DEVERÁ SER OBSERVADO O ITEM 03 DO ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA E PLANILHA CONSTANTE DO ANEXO II

A sessão será realizada na plataforma de licitações *on-line* **AMM LICITA** do desenvolvedor **LICITAR DIGITAL** através do link www.licitardigital.com.br.

Caso ocorram dúvidas de procedimento antes e durante a sessão, deverá ser acessado a central de ajuda o qual possui conteúdos para auxiliar os licitantes nas suas principais dúvidas, disponibilizados através do link **"AJUDA DO SISTEMA"** no endereço <https://licitardigital.tawk.help/category/fornecedor> e no link **CONTATO** <https://faq.whatsapp.com/> e também através do telefone/whatsapp (31) 3191-7001 e do e-mail contato@licitardigital.com.br

Os editais e anexos dos certames publicados estarão disponíveis para *download* no site provedor do sistema através do link na plataforma da **LICITAR DIGITAL** através do endereço <https://app2.licitardigital.com.br/pesquisa> e no site da Prefeitura de Capetinga, a saber, www.capetinga.mg.gov.br, através do Portal da Transparência no link licitações, www.alpinopolis.mg.gov.br/transparencia/licitacoes/editaisdelicitacao

Toda e qualquer alteração que possivelmente ocorrer neste Edital, tais como errata, adendo, suspensão ou revogação, deverá ser consultada pelos pretensos licitantes no endereço eletrônico www.licitardigital.com.br, bem como, no site da Prefeitura Municipal de Capetinga através do link , www.capetinga.mg.gov.br/transparencia/licitacoes/editaisdelicitacao

A Administração não se responsabilizará caso o pretenso licitante não acesse o e-mail informado ou não visualize a alteração no Site supracitado consequentemente desconhecendo o teor dos Avisos publicados.

EM CASO DE VIR A SER DECRETADO FERIADO NACIONAL ESTADUAL OU MUNICIPAL NO DIA PREVISTO PARA A DISPUTA DE LANCES, O ATO FICARÁ AUTOMATICAMENTE TRANSFERIDO PARA O PRIMEIRO DIA ÚTIL SEGUINTE, PERMANECENDO O MESMO HORÁRIO.



MUNICÍPIO DE CAPETINGA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Administração 2021/2024

1. DO OBJETO

1.1. Constitui o objeto do presente Termo a **Implantação de registros de preços, visando futuras prestações de serviços de Lavagem e Engraxada em veículos da Frota Municipal e Veículos de Convênio, Pregão Eletrônico, pelo Sistema de Registro de Preço, do tipo Menor Preço Global**, conforme discriminação constante deste instrumento e seus anexos.

1.2. Descrição do Objeto encontra-se discriminadas e descritas no **ITEM 03 DO ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA E PLANILHA CONSTANTE DO ANEXO II**

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 006/2024

1.4. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.5. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

1.5.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se descrita no Termo de Referência – Anexo I deste edital.

2. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. O licitante interessado deverá fazer seu cadastramento junto a plataforma de licitação da Associação Mineira dos Municípios - AMM, podendo fazê-lo no sistema LICITAR DIGITAL. Para realizar o cadastramento utilizando o sistema de licitações, deverá acessar o seguinte endereço: www.licitardigital.com.br. Em seguida preencherá o cadastro através do endereço <https://app2.licitardigital.com.br/cadastro/>, onde o licitante deverá realizar o cadastro com seu CPF e após, cadastrar sua empresa, na opção CADASTRAR FORNECEDOR, momento o qual, deverá ser localizado o certame o qual o licitante tenha interesse em participar. Localizado o processo aparecerá as opções de pagamento.

2.2 – Poderão participar deste Pregão as empresas legalmente constituídas e que comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos neste Edital e seus documentos complementares.

2.3 – Não poderão participar do presente certame a empresa:

2.3.2 – Empresa suspensa de participar de licitação e impedida de contratar com o Município, durante o prazo da sanção aplicada;

2.3.3 – Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;

2.3.4 – Empresa impedida de licitar e contratar com o Município, durante o prazo da sanção aplicada;

2.3.5 – Empresa proibida de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art. 72, § 8º, V, da Lei n.º 9.605/1998;

2.3.6 – Empresa proibida de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei n.º 8.429/1992;

2.3.7 - Quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas no art. 9º, §1º, da Lei n.º 14.133/2021;

2.3.7.1 - Entende-se por “participação indireta” a que alude o art. 9º §1º, da Lei n.º 14.133/2021 a participação no certame de empresa em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório.

2.3.8 – Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;

2.3.9 - Empresa que se encontre em processo de dissolução ou falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação; (Admite-se a participação, em licitações, de empresas em recuperação judicial,



MUNICÍPIO DE CAPETINGA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Administração 2021/2024

desde que amparadas em certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório - TCU no acórdão 1201/2020).

2.3.10- Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

2.3.11 - Consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição.

2.4 – Os licitantes deverão estar previamente cadastrados na plataforma de licitações, o qual poderá ser realizado em www.ammlicita.org.br.

2.5 - A observância das vedações supra é de inteira responsabilidade da licitante que, pelo descumprimento, se sujeita às penalidades cabíveis.

3. DO CREDENCIAMENTO DOS LICITANTES

3.1. Os interessados em participar deste Pregão deverão credenciar-se previamente, perante o sistema eletrônico provido pela Associação Mineira dos Municípios - AMM, podendo fazê-lo no sistema LICITAR DIGITAL por meio do sítio www.licitardigital.com.br.

3.2. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas através do cadastro realizado no sistema LICITAR DIGITAL por meio do sítio www.licitardigital.com.br.

3.3. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou Administração Pública Municipal de Capetinga ser responsabilizada por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.4. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão na forma eletrônica.

3.5. Caberá o licitante comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

3.6. Tratando-se de REPRESENTANTE LEGAL, deverá apresentar contrato social¹, acompanhado de todas as alterações contratuais, se houver, ou a alteração contratual consolidada, ou documento equivalente de constituição da empresa, em cópia autenticada ou à vista do original, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

3.7. Tratando-se de PROCURADOR, deverá apresentar o instrumento de procuração pública ou particular com firma reconhecida ou assinada digitalmente, na forma da lei (Lei nº 13.105/2015, art. 105, §1º), do qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

3.8. Não será admitida a participação de um mesmo Representante Legal e/ou Procurador para mais de uma empresa licitante, para disputar o mesmo item.

3.9. Em atendimento à determinação do Tribunal de Contas da União (Acórdão nº 1.793/2011 do Plenário) e com supedâneo no art. 12 da Lei nº 8.429/1992, como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da licitante, a Comissão de Apoio de Licitação - Pregão, verificará a existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta de regularidade do fornecedor

¹NOTA EXPLICATIVA: o contrato social será considerado válido se as alterações, em sua totalidade, tiverem sido consolidada em um só documento, devidamente registrado na Junta Comercial, bastará a apresentação do contrato social consolidado, documento que consubstancia a consolidação de todas as alterações realizadas. Do contrário, o licitante DEVERÁ apresentar a versão original acompanhada das alterações promovidas e registradas no órgão competente.



MUNICÍPIO DE CAPETINGA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Administração 2021/2024

nos seguintes cadastros:

3.10. A comprovação de enquadramento no porte de Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), poderá ser realizada através de apresentação de Certidão Simplificada da Junta Comercial Competente ou Comprovação de opção pelo Simples Nacional ou de Declaração de enquadramento registrada na Junta Comercial Competente ou Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, todas com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias.

3.10.1. A Sociedade Cooperativa equiparada à ME ou EPP por meio de comprovação de que tenha auferido, no ano calendário anterior receita bruta correspondente aos limites definidos no inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

4. DA PROPOSTA

4.1. O Licitante deverá encaminhar proposta e os documentos de habilitação, exclusivamente por meio do sistema eletrônico. **OS PREÇOS DAS PROPOSTAS DEVERÃO SER ENCAMINHADOS PARA ATENDIMENTO DO QUANTITATIVO TOTAL, DEVENDO INFORMAR O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM/LOTE, SENDO OS LANCES OFERTADOS NO VALOR GLOBAL DO CERTAME.**

4.2. Os licitantes interessados, aptos a participarem do certame, deverão confirmar em campo específico do sistema, durante o envio das propostas iniciais, que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhista assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

4.2.1. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.2.2. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.2.3. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5. A falsidade da declaração de que trata o item 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.6. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

4.6.1. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

4.6.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.6.2. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de prestar serviços em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.7. O licitante ao utilizar sua senha de acesso ao sistema para dar um lance no evento, terá expressado sua decisão irrevogável de concluir a negociação nos valores e condições do referido lance, o qual responderá por quaisquer prejuízos à Administração, em caso de desistência, nos termos deste Edital.

4.9. Prazo de validade da proposta mínima de **90 (noventa)** dias corridos, a contar da data de abertura da sessão, sendo que a omissão do prazo de validade de proposta, ou prazo inferior ao estipulado, será considerado como sendo o prazo mínimo exigido, ou seja, noventa dias.



MUNICÍPIO DE CAPETINGA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Administração 2021/2024

OBSERVAÇÕES

4.10. Nos preços propostos para prestação dos serviços, incluirão despesas com tributos e demais custos que os compõem.

4.11. SERÃO DESCLASSIFICADAS as propostas que **não** atendam às exigências editalícias acima descritas.

4.11.1. Também SERÃO DESCLASSIFICADAS as propostas que:

4.11.1.1. Identifique o licitante.

4.11.1.2. Com preço superior ao valor máximo global admitido, conforme estabelecido no item 7 do instrumento convocatório;

4.11.1.3. Apresente vantagens ou subsídios que não estejam previamente autorizados em lei, assim como as que não se encontrem em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital.

4.12. Somente os licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

4.13. PARA FINS DE CADASTRAMENTO DAS PROPOSTA DEVERÁ SER OBSERVADO O ANEXO II – Modelo de Proposta

5. DA HABILITAÇÃO

Os documentos exigidos para habilitação do licitante mais bem classificado, relacionados no item 5.1 e seguintes deste edital, deverão ser enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no máximo 02 (duas) horas, conforme art. 63, inciso II da Lei nº 14.133/2021, contados da convocação do Pregoeiro, sendo facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.1. DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

5.1.1. Registro comercial, no caso de empresa individual;

5.1.2. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, acompanhado de todas as alterações contratuais, se houver, ou a alteração contratual consolidada, devidamente registrado na junta comercial, em se tratando de sociedades comerciais;

5.1.3. Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea 5.1.2, deste subitem;

5.1.4. Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício.

5.1.5 O objeto constante do Contrato Social (e de todas as Alterações Contratuais, caso houver), deverá ser compatível com a natureza do objeto da presente licitação, sob pena de inabilitação.

5.2. REGULARIDADE FISCAL, TRABALHISTA E ECONÔMICO-FINANCEIRA:

5.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);

5.2.2. Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), (Lei nº 8.036/90, Art. 27), expedido pela Caixa Econômica Federal;

5.2.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;

5.2.4. Comprovante de Regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante;



MUNICÍPIO DE CAPETINGA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Administração 2021/2024

5.2.4.1 Para as empresas sediadas em Estados que emitam Comprovantes de Regularidade com a Fazenda Estadual quanto a débitos inscritos e não inscritos em dívida ativa de forma segregada, ambos deverão ser apresentados, sob pena de inabilitação;

5.2.5. Comprovante de Regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;

5.2.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

5.2.7. Certidão negativa de Concordata/Falência, expedida no prazo máximo de 90 (noventa) dias a contar da data de sua expedição.

5.2.8. COMO CONDIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO, A LICITANTE ASSINALARÁ “SIM” OU “NÃO” EM CAMPO PRÓPRIO DO SISTEMA ELETRÔNICO, RELATIVO ÀS SEGUINTE DECLARAÇÕES:

*Declaro que estou ciente e concordo com as condições contidas no edital e seus documentos complementares, cumpro plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a minha habilitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posterior.

*Declaro para fins do disposto no inciso VI do art. 68, da Lei nº 14.133/21, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88.

*Declaro que a proposta apresentada para essa licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e me responsabilizo pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados.

*Declaro que não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal/88.

*Declaro que não incorro nas condições impeditivas do art. 9º, §1º da lei 14.133/21.

*Declaro para os devidos fins legais, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, estar enquadrado como ME/EPP/Cooperativa, conforme a Lei Complementar nº 123/2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência.

5.2.8.1. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5.3 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

5.3.1 Apresentação de no mínimo 01(um) Atestado(s) de capacidade operacional fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em papel timbrado, em nome da empresa comprovando a execução de serviços similares executados pela licitante.

5.3.1.1 Deverão ser apresentados minimamente atestados que comprovem a execução dos serviços relacionados à futura execução sendo os seguintes **serviços de maior relevância**:

5.3.1.1.1 O (s) atestado (s) devem corresponder a 50% das horas dos serviços a serem prestados

Lavagem de veículos leves e pesados, máquinas, equipamentos e utilitários
- lavagem simples e completa, engraxada e lavagem a seco de bancos e carpetes.

ITEM	QTD	UNID	CODIGO	SERVIÇO
1	200	SV	8824	LAVAGEM SIMPLES KOMBI
2	100	SV	8826	LAVAGEM SIMPLES AMBULANCIA



MUNICÍPIO DE CAPETINGA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Administração 2021/2024

3	100	SV	8827	LAVAGEM COMPLETA AMBULANCIA
4	50	SV	8828	LAVAGEM SIMPLES VAN
5	50	SV	8829	LAVAGEM COMPLETA VAN
6	30	SV	8833	ENGRAXADA DE MAQUINAS PESADAS
7	50	SV	8834	ENGRAXADA VEICULOS LEVES
8	200	SV	10822	LAVAGEM COMPLETA KOMBI
9	200	SV	10823	LAVAGEM SIMPLES VEICULO LEVE
10	200	SV	10824	LAVAGEM COMPLETA VEICULO LEVE
11	30	SV	10825	ENGRAXADA VEICULOS SEMI PESADOS 1 (CAMINHÃO)
12	30	SV	10827	LAVAGEM SIMPLES CAMINHAO
13	50	SV	10828	LAVAGEM COMPLETA CAMINHAO
14	30	SV	10829	LAVAGEM SIMPLES ONIBUS
15	50	SV	10830	LAVAGEM COMPLETA ONIBUS
16	30	SV	10831	ENGRAXADA VEICULOS SEMI PESADOS 2 (ONIBUS)
17	12	SV	14152	LAVAGEM COMPLETA MAQUINAS PESADAS
18	20	SV	14153	LAVADA INTERNA A SECO DE BANCOS E CARPETES VEICULOS LEVES
19	20	SV	14154	LAVADA INTERNA A SECO DE BANCOS E CARPETES AMBULANCIA
20	20	SV	14155	LAVADA INTERNA A SECO DE BANCOS E CARPETES VAN

5.3.1.2 Será aceito o somatório de atestados para comprovação da totalidade do objeto

5.3.2 Declaração sob as penas da Lei de que o licitante dispõe ou tem como dispor de maneira certa de equipamentos e pessoal técnico necessário ao cumprimento do objeto da licitação. Poderá seguir modelo constante do anexo III.

5.4. SOB PENA DE INABILITAÇÃO, TODOS OS DOCUMENTOS APRESENTADOS PARA HABILITAÇÃO DEVERÃO ESTAR EM NOME DO LICITANTE E, PREFERENCIALMENTE, COM NÚMERO DO CNPJ E ENDEREÇO RESPECTIVO, OBSERVANDO-SE QUE:

- a) se o licitante for a **matriz**², todos os documentos deverão estar em nome da **matriz**;
- b) se o licitante for a **filial**, todos os documentos deverão estar em nome da **filial**;
- c) se o licitante for **matriz**, e o executor da ata for **filial**, deverão ser apresentados tanto os documentos da **matriz** quanto os da **filial**.

5.4.1. SERÃO DISPENSADOS DA FILIAL AQUELES DOCUMENTOS QUE, PELA PRÓPRIA NATUREZA, COMPROVADAMENTE, FOREM EMITIDOS SOMENTE EM NOME DA MATRIZ.

5.5. Para fins de concessão de tratamento favorecido, diferenciado e simplificado às microempresas e empresas de pequeno porte, instituído pela Lei Complementar n.º 123/2006, as empresas deverão apresentar:

5.5.1. A empresa licitante deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição;

5.5.2. Havendo alguma restrição na comprovação de habilitação, será assegurado o prazo máximo de 02 (duas) horas, para apresentação dos documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, ou apresentados em desacordo.

5.5.2.1 Para as ME, EPP ou MEI, no tocante a habilitação fiscal e trabalhista deverá ser obedecido o prazo previsto no art. 43, §1º da Lei Complementar nº 123/2006, cujo termo inicial corresponderá ao momento em

²NOTA EXPLICATIVA: Embora a matriz e a filial sejam estabelecimentos de uma mesma pessoa jurídica, o direito tributário confere tratamento específico aos diferentes estabelecimentos empresariais, considerando cada um deles um domicílio tributário. Logo, se a filial for a empresa a ser contratada para executar o objeto, o documento de regularidade fiscal deve ser apresentado em nome e de acordo com o seu CNPJ.



MUNICÍPIO DE CAPETINGA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Administração 2021/2024

que o proponente for declarado vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, o qual deverão ser apresentados em formato digital, por meio eletrônico, através do e-mail licitacao@capetinga.mg.gov.br (Redação dada pela Lei Complementar nº. 123/2006).

5.5.2.2. A declaração do vencedor de que trata a alínea 5.5.2, acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, aguardando-se os prazos de regularização fiscal e trabalhista para a abertura da fase recursal;

5.5.2.3. A não-regularização da documentação no prazo previsto no Item 5.5.3 implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no § 5º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o qual poderá a administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, após a comprovação dos requisitos para habilitação, após analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou ata de registro de preços ou revogar a licitação.

5.5.2.4. O tratamento favorecido à ME, EPP ou MEI, instituído pela Lei Complementar nº. 123/2006 em especial quanto ao Art. 3º, com as alterações feitas pela Lei Complementar nº. 147/2014, e também as Leis nº. 154/2016, nº. 155/2016 e posteriores alterações.

5.6. Os documentos para habilitação deverão ser enviados, **exclusivamente, via sistema**. A ausência ou irregularidade de qualquer um dos itens acima poderá ensejar a inabilitação do proponente.

5.7. Para fins de habilitação, a pregoeira responsável, poderá diligenciar e realizar a verificação nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões.

5.8. Serão aceitos documentos que expressem sua validade, desde que em vigor, ou quando não declarada sua validade pelo emitente, expedido há **90 (noventa) dias**, no máximo, da data de expedição dos documentos, exceto habilitação jurídica e qualificação técnica.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

6.1. No dia e horário, indicados no preâmbulo deste Edital, no sítio eletrônico www.licitardigital.com.br, será realizada a abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pela pregoeira e equipe de apoio, designados nos autos deste processo e indicados no sistema pela autoridade competente.

6.2. Durante a sessão, a comunicação entre a pregoeira e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

6.3. Incumbirá o Licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrentes da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo Sistema ou de sua desconexão.

6.4. O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta de preços e lances inseridos em sessão pública, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

7. DAS FORMULAÇÕES DE LANCES E MODO DE DISPUTA

7.1. Os licitantes, **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**, apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, com um intervalo mínimo de diferença de **R\$ 100,00 (cem reais)**.

7.2. No modo de disputa **ABERTO** a etapa de envio de lances na sessão pública durará **dez** minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lances ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.3. A prorrogação automática da etapa de envio de lances, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

7.4. Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no subitem 7.1, a sessão pública será encerrada automaticamente.

7.5. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do subitem 7.3, a pregoeirapoderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol



MUNICÍPIO DE CAPETINGA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Administração 2021/2024

da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

7.6. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ou maior percentual de desconto ao último por ela ofertado e registrado no sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação ao lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

7.6.1. Caso ocorram empate entre dois ou mais lances iguais, o sistema realizará sorteio automaticamente.

7.6.2. Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.7. Os lances apresentados tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.8. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para a pregoeira no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos recebidos.

7.9. Quando a desconexão do sistema eletrônico para a pregoeira persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico para divulgação.

8. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

8.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

8.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

8.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

8.1.2.1. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

8.1.2.2. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

8.1.3. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

8.1.3.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

8.1.3.2. empresas brasileiras;

8.1.3.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.1.3.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

8.2. Quando for constatado o empate, será assegurado como critério de desempate, preferência de contratação para as ME's e EPP's, nos termos dos Artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº. 123/2006.

8.3. Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

9. DA NEGOCIAÇÃO

9.1. Após o encerramento da etapa de lances a pregoeira deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, observando o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes previstas neste edital.

9.2. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelas demais licitantes.

9.2.1. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo



MUNICÍPIO DE CAPETINGA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Administração 2021/2024

licitatório.

9.3. Declarado vencedor o mesmo deverá enviar a proposta realinhada e/ou documentos complementares, adequada ao último lance ofertado após negociação, fica estabelecido o prazo de, no mínimo, 2 (duas) horas, contado da solicitação do pregoeiro, o qual deverá ser encaminhado exclusivamente via sistema eletrônico.

10. DO JULGAMENTO DA LICITAÇÃO – ANÁLISE DAS PROPOSTAS

10.1. Encerrada a etapa de negociação, a pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para a contratação no edital, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021 legislação correlata e no item 2.2 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguinte cadastro:

a) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>).

10.1.1. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a pregoeira diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

10.1.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

10.1.1.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

10.1.1.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

10.1.2. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

10.2. O classificado como arrematante, deverá encaminhar cópia da proposta de preços ajustada, conforme estabelecido no item 9.3, contendo preço unitário e global com (02) DUAS casas decimais, bem como a marca, exclusivamente via sistema eletrônico, para que a pregoeira responsável possa verificar a conformidade com o preestabelecido neste Edital.

10.3. No caso de preços (unitário e global) com número de casas decimais superior a 02 (dois) dígitos, a pregoeira responsável dar-se-á o direito de adequação dos preços, de acordo com o estabelecido no subitem.

10.4. A análise da aceitabilidade das propostas, a começar pelo valor mais baixo, compreenderá o exame:

10.4.1. Da compatibilidade dos preços propostos com os praticados no mercado e com os custos reais estimados para a execução da Ata e com as disponibilidades orçamentárias da Administração.

10.5. Serão consideradas inaceitáveis, sendo desclassificadas as propostas:

10.5.1. Que não atendem os requisitos mínimos das especificações;

10.5.2. Que ofertarem preços irrisórios, manifestamente inexecutáveis, ou incompatíveis com os valores de mercado, inclusive pela omissão de custos tributários incidentes sobre a contratação.

10.5.3. conter vícios insanáveis;

10.5.4. Que NÃO for enviado, exclusivamente, via sistema eletrônico, os documentos complementares, aqueles que não sejam possível a verificação de sua autenticidade, em até o prazo máximo de 2 (duas) horas, subsequente ao horário de encerramento da disputa. A proposta de preços e as declarações deverão ser assinadas pelo representante legal da empresa, devidamente autorizado. Caso não conste no Contrato Social, deverá ser juntada a procuração assinada pelo representante legal.

10.6. Para que o arrematante faça uso do benefício do item 5.5. e seguintes, deverá apresentar toda a documentação fiscal, ainda que vencida, no prazo estipulado do subitem 5.5.4.

10.7. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor.

11. DO RECURSO ADMINISTRATIVO

11.1. Após declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar sua intenção de recorrer, no prazo de 30 (trinta) minutos, em campo próprio do sistema, devendo a intenção ser motivada, sob pena de nulidade do ato.

11.1.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.



MUNICÍPIO DE CAPETINGA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Administração 2021/2024

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.8.1. Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os licitantes deverão consultar regularmente o sistema eletrônico para verificar o resultado da licitação.

11.11. O acompanhamento dos resultados, recursos e atas pertinentes a este Edital deverão ser consultados no endereço **www.licitardigital.com.br** que será atualizado a cada nova fase do Pregão.

11.12. As razões e respectivas contrarrazões deverão obedecer aos seguintes requisitos, sob pena de não serem conhecidas:

11.12.1. Ser dirigidas a pregoeira(a), no prazo de 3 (três) dias, conforme estabelecido no item 11.7.

11.12.2. Ser encaminhadas **exclusivamente via sistema** contendo razão social, número do CNPJ ou CPF e endereço da empresa, rubricadas em todas as folhas e assinadas pelo representante legal ou credenciado do licitante, acompanhadas de cópia do documento de identificação e CPF do signatário e comprovante do poder de representação legal.

11.12.3. O (A) Pregoeiro (a) não se responsabilizará por razões ou contrarrazões endereçadas por outros endereços eletrônicos, e que, por isso, sejam intempestivas ou não sejam recebidas.

11.12.4. A decisão acerca de recurso interposto será encaminhada para a recorrente e divulgada no site do provedor do sistema eletrônico **www.licitardigital.com.br** e da Prefeitura de Capetinga, a saber, **www.capetinga.mg.gov.br**, através do Portal da Transparência no link licitações, **www.capetinga.mg.gov.br/transparencia/licitacoes/editaisdelicitacao**

11.12.5. A **revogação** se dará somente em razão do interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar a revogação e deverá **anulá-lo** por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, por meio de ato escrito e fundamentado.

11.12.6. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito da detentora de boa fé ao ressarcimento dos encargos que tiver suportado no cumprimento da Ata.

11.12.7. Decididos os recursos eventualmente formulados ou inexistindo estes, o licitante vencedor será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços.

12. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

12.1. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, o processo licitatório será encaminhado à Autoridade competente que adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório, nos termos do Inciso IV, do art. 71 da Lei 14.133/21.



MUNICÍPIO DE CAPETINGA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Administração 2021/2024

13. CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO – GARANTIAS E PENALIDADES

13.1. Homologado o resultado da licitação, a **vencedora terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis**, a contar do recebimento da comunicação específica, para assinar a ata diretamente na Prefeitura Municipal de Capetinga, ou retirar o respectivo instrumento, devendo devolver este no prazo máximo 03 (três) dias úteis, o que obedecerá as condições indicadas na minuta, na qual estão definidas as condições de entrega, do pagamento dos preços, as obrigações da firma detentora e as penalidades que estará sujeita para eventual inobservância das condições ajustadas.

13.2. A detentora executará o serviço com observância rigorosa das especificações técnicas, das condições deste Edital e de sua proposta.

13.3. Os serviços prestados deverão estar garantidos contra quaisquer defeitos, pelo prazo indicado na proposta e nas condições estabelecidas no Anexo I e Termo de Referência deste Edital, devendo a prestadora refazer o serviço, por sua conta e nos prazos fixados pelo órgão contratante, os serviços que forem recusados por não se apresentarem de acordo.

13.4. A recusa da detentora em assinar a ata no prazo fixado na convocação específica caracterizará inadimplência das obrigações decorrentes desta licitação, sujeitando-a às penalidades previstas neste Edital e na legislação vigente.

13.5. Ocorrendo essa hipótese, o processo retornará ao Pregoeiro, que convocará os licitantes e, em sessão pública, procederá ao exame das demais propostas, bem como da habilitação de seus ofertantes, segundo a ordem da classificação, até que uma proposta atenda integralmente, ao Edital, sendo o seu autor declarado vencedor e convocado para assinar a ata.

13.6. O licitante vencedor que se recusar a assinar a ata estará sujeito às seguintes penalidades:

- I. Multa no valor de **5% (cinco por cento)** sobre o valor adjudicado ao licitante;
- II. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar a ata, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da ata, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso IV, §4º do art. 156º da Lei 14.133/21, pelo prazo de até 3 (três) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e na ata e das demais cominações legais.

13.7. As penalidades serão aplicadas mediante procedimento administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa.

14. DA VIGÊNCIA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. A Ata de Registro de Preços proveniente deste procedimento terá vigência de 12 (doze) meses, na forma do artigo 84 da Lei 14.133, de 2021.

14.2. Os preços serão registrados em conformidade com a classificação obtida, observados os critérios estabelecidos no instrumento convocatório.

14.3. A Ata de Registro de Preços não obriga a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CAPETINGA a efetivar as contratações, podendo realizar licitação específica para aquisição de um ou mais itens, obedecida a legislação pertinente, hipótese em que, em igualdade de condições, os beneficiários do registro terão preferência.

14.4. Se o preço inicialmente registrado tornar-se superior ao praticado no mercado, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CAPETINGA negociará com o fornecedor sua redução, caso contrário, o signatário da ata poderá requerer, por escrito, o cancelamento do registro do seu preço, devendo anexar ao requerimento documentação comprobatória.

14.5. O fornecedor, antes de ser convocado para a retirada da ATA, poderá requerer a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CAPETINGA, por escrito, o cancelamento do registro, se o preço de mercado tornar-se superior ao registrado ou por outro motivo superveniente, devendo apresentar documentação comprobatória do fato alegado, ressalvada a possibilidade de reequilíbrio econômico-financeiro, nos termos da alínea "d" do inciso II do artigo 124 da Lei nº 14.133/21.



MUNICÍPIO DE CAPETINGA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Administração 2021/2024

14.6. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o art. 125 da Lei nº 14.133/21.

14.7. Os contratos derivados das Atas decorrente do Sistema de Registro de Preços deverão ser assinados no prazo de validade da ata e poderão ser alterados, desde que verificado o disposto na alínea “d” do inciso II do artigo 124 da Lei nº 14.133/21.

15. DA ENTREGA DO OBJETO

15.1. O objeto desta Licitação deverá ser prestado de acordo com a Autorização de Fornecimento emitida pela Prefeitura Municipal de Capetinga, conforme as condições de data, horário, local e quantidade estipulada na Ordem de Compra, no prazo máximo de 01 (um) dia, contados da sua emissão. E para os veículos da saúde o chamado deve ser atendido em prazo não superior a 01 (uma) hora durante todos os dias em atendimento, caso necessário, sem restrição de dias e horários, haja vista que os serviços de saúde funcionam 24 (vinte e quatro) horas por dia e a paralisação dos veículos pode acarretar danos insanáveis aos pacientes que utilizam os mesmos.

15.1.1 Os serviços de lavagem deverão ser prestados em estabelecimento próprio do licitante, em dias úteis em horário comercial, ou seja, das 7h às 18 horas, não podendo haver restrição de atendimento nesses horários.

15.1.2 Para os veículos da saúde (ambulâncias e TFD – tratamento fora do domicílio) a empresa deverá lavar os mesmos fora dos horários definidos no item anterior, inclusive aos finais de semana, caso seja necessária a higienização sanitária.

15.1.3 A licitante vencedora deverá estar adequada as normas ambientais que preconizam a atividade.

15.2. O objeto desta Licitação será recebido por servidores do Município de Capetinga no local estipulado na Ordem de Serviço.

15.3. Somente após a emissão da Ordem de Serviço, é que a Detentora deverá iniciar o cumprimento das obrigações que tiver assumido com o Município de Capetinga.

15.4. O objeto da Ata de Registro de Preços não será recebido se estiver em desacordo com as condições estipuladas na Ata de Registro de Preços, nos autos do procedimento licitatório ou na Ordem de Serviço.

15.5. Deverão estar inclusos todos os custos no valor dos serviços.

15.6. A FORNECEDORA é obrigada a refazer de imediato e às suas expensas, serviços em que se verificarem quaisquer irregularidades, vícios ou incorreções.

16. DO PAGAMENTO

16.1. Os pagamentos serão efetuados em moeda corrente nacional, através de depósito em conta corrente da Detentora, ou diretamente na Divisão de Tesouraria da Prefeitura Municipal de Capetinga, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da apresentação da respectiva nota fiscal, sendo que esta deverá estar atestada pelo Gestor/Fiscal do objeto da licitação.

16.2. O “atesto” fica condicionado a verificação da conformidade da nota fiscal apresentada pela detentora com os serviços efetivamente prestados.

16.3. Nenhum pagamento de acréscimo no preço do objeto será autorizado sem o devido aditamento da ata.

17. DA INEXECUÇÃO, RESCISÃO E PENALIDADES

17.1. A ata deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas dispostas na Lei, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial previstas no art.155 e art.156 da Lei nº 14.133, de 2021, sem prejuízo das seguintes sanções:



MUNICÍPIO DE CAPETINGA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Administração 2021/2024

17.1.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a detentora que:

- A) der causa à inexecução parcial da ata;
- B) der causa à inexecução parcial da ata que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- C) der causa à inexecução total da ata;
- D) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- E) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução da ata;
- F) praticar ato fraudulento na execução da ata;
- G) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- H) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

17.2. Serão aplicadas à detentora que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I) **Advertência**, quando a detentora der causa à inexecução parcial da ata, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima desta Ata, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima desta ata, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV) **Multa:**

- a) O **atraso** injustificado na execução da Ata sujeitará a detentora ao pagamento de multa no valor de **1% (um por cento)** sobre o valor total da ata, **por dia de atraso**.
- b) Na hipótese da detentora **inadimplir total ou parcialmente** a Ata, a Administração poderá, garantida prévia defesa, aplicar multa de **10% (dez por cento)**, do valor total registrado, devidamente atualizado;
- c) A Administração Pública do Município de Capetinga se reserva o direito de, a seu critério, descontar dos pagamentos devidos à detentora, o valor da multa.

17.3. A aplicação das sanções previstas nesta ata não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

17.4. Todas as sanções previstas nesta ata poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

17.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

17.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante à detentora, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

17.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

17.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à detentora, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

17.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- A) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- B) as peculiaridades do caso concreto;
- C) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- D) os danos que dela provierem para o Contratante;
- E) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos



MUNICÍPIO DE CAPETINGA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Administração 2021/2024

órgãos de controle.

17.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

17.8. A personalidade jurídica da detentora poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta ata ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a detentora, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

17.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

17.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

17.11. Os débitos da detentora para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes desta mesma ata ou de outros contratos administrativos que a detentora possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

17.12. O objeto do presente Termo poderá ser rescindido:

17.12.1. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

17.12.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

17.12.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou sofrer sanção prevista nos **incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021,**

17.12.4. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do caput será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

17.12.5. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

17.12.5.1. Por razão de interesse público; ou

17.12.5.2. A pedido do fornecedor

18. DAS CONDIÇÕES PARA RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

18.1. O objeto será recebido pelo gestor/fiscal da Ata, que verificará se os serviços estão em conformidade com as especificações constantes na Autorização de Serviço, observando o art. 140 da Lei 14.133, de 2021:

a. PROVISORIAMENTE, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;

b. DEFINITIVAMENTE, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, o que se dará **após 15 (quinze) dias do recebimento provisório.**

18.2. Somente após a emissão da Autorização de Serviço, é que a detentora deverá iniciar o cumprimento das obrigações que tiver assumido com a Administração Pública do Município de Capetinga.



MUNICÍPIO DE CAPETINGA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Administração 2021/2024

18.3. A Administração Pública do Município de Capetinga reserva-se no direito de, a qualquer momento, recusar o recebimento do objeto em desacordo com as especificações exigidas, por seu conhecimento específico ou exclusivo critério de avaliação.

18.4. A avaliação será realizada por servidor da Administração Pública do Município de Capetinga, que por seus conhecimentos técnicos, observando as especificações exigidas, emitirá parecer acerca da aceitação do objeto.

18.5. Na eventualidade da Administração Pública do Município de Capetinga recusar-se a receber o objeto por estar ele em desacordo com as especificações exigidas, não se responsabilizará por nenhum gasto com despesa de transporte ou qualquer outra necessária à devolução ou à substituição do objeto da Ata de Registro de Preço.

19. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

19.1. Foram colhidos orçamentos em site de compras oficial Banco de Preços, Atas e Editais e outras contratações similares de outros entes públicos, sites especializados e fornecedores do ramo os quais instruem os autos da presente licitação, cujos valores médios se encontram anexos a este Termo de Referência.

19.2 As despesas decorrentes desta licitação correrão à conta das dotações orçamentárias abaixo:

020101 04 122 0402 2.005 339039 FICHA 10
020201 04 122 0401 2.001 339039 FICHA 38
020201 06 181 0601 2.012 339039 FICHA 54
020201 06 181 0601 2.014 339039 FICHA 64
020301 15 451 1501 2.056 339039 FICHA 75
020301 15 452 1501 2.220 339039 FICHA 109
020501 10 122 1002 2.030 339039 FICHA 191
020501 10 301 1001 2.023 339039 FICHA 217
020501 10 301 1001 2.024 339039 FICHA 237
020501 10 304 1003 2.028 339039 FICHA 378
020501 10 304 1003 2.028 339039 FICHA 380
020501 10 305 1001 2.029 339039 FICHA 408
020501 10 305 1001 2.029 339039 FICHA 410
020601 12 361 1206 2.036 339039 FICHA 474
020601 12 361 1206 2.036 339039 FICHA 475
020601 12 361 1206 2.036 339039 FICHA 476
020601 12 361 1206 2.036 339039 FICHA 477
020701 08 244 0801 2.016 339039 FICHA 622
020701 08 244 0801 2.016 339039 FICHA 623
020703 14 243 1401 2.048 339039 FICHA 661
020801 13 122 1401 2.224 339039 FICHA 677
0212 26 606 2602 2.221 339039 FICHA 749

20. DA SUBCONTRATAÇÃO

20.1. A Ata de Registro de Preços, bem como os direitos e obrigações dela decorrentes, **não poderá ser subcontratada**, cedida ou transferida, total ou parcialmente, nem ser executado em associação da ADJUDICATÁRIA com terceiros, sob pena de aplicação de sanção, inclusive rescisão.

21. DOS ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

21.1. Os pedidos de esclarecimentos sobre o edital poderão ser encaminhados por meio eletrônico, através do e-mail licitacao@capetinga.mg.gov.br e na plataforma www.licitardigital.com.br em até 3 (três) dias úteis antes da data marcada para abertura da sessão pública.

21.2. As respostas da pregoeira às solicitações de esclarecimentos serão encaminhadas por e-mail e



MUNICÍPIO DE CAPETINGA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Administração 2021/2024

disponibilizadas no sítio do provedor do sistema eletrônico www.licitardigital.com.br e no portal da transparência da Prefeitura Municipal de Capetinga, no link licitações, www.capetinga.mg.gov.br/transparencia/licitacoes/editaisdelicitacao, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

21.3. No campo “Esclarecimentos” serão disponibilizadas, além das respostas, outras informações que a pregoeira julgar relevantes, razão pela qual os interessados devem consultar o site com frequência.

21.4. As Impugnações não possuem efeito suspensivo e nos termos deste edital poderão ser interpostas por qualquer interessado, até o 3º dia útil anterior a data fixada para abertura da sessão pública, mediante petição a ser enviada no endereço eletrônico licitacao@capetinga.mg.gov.br e na plataforma www.licitardigital.com.br, dirigida ao (a) Pregoeiro (a), que deverá decidir sobre a petição no prazo de (3) três dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, conforme disposto no art.164 da Lei 14.133/21.

21.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela pregoeira nos autos do processo de licitação.

21.6. A petição deverá ser assinada pelo cidadão ou pelo licitante, acompanhada de cópia de seu documento de identificação e CPF, ou pelo representante legal ou credenciado do licitante, com indicação de sua razão social, número do CNPJ e endereço, número do documento de identificação e CPF do signatário e comprovante do poder de representação legal (contrato social, se sócio, contrato social e procuração, se procurador, somente procuração, se pública).

21.7. Os documentos citados no subitem 21.6 deverão ser apresentados em cópia autenticada ou publicação em órgão da imprensa oficial, nos termos do art. 68, art. 69 e art. 70 da Lei nº 14.133/21.

21.8. Decairá do direito de impugnar os termos do Edital, perante a Administração, o licitante convocado ou interessado que não o fizer até o 3º (terceiro) dia útil que anteceder a data para abertura da sessão.

21.9. Acolhida a impugnação, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não afetar a formulação das propostas, conforme art. 55, §1º, da Lei nº 14.133/21.

21.10. A decisão do (a) Pregoeiro (a) será enviada ao impugnante através do e-mail licitacao@capetinga.mg.gov.br e divulgada no site desta Prefeitura, a saber www.Capetinga.mg.gov.br, no link licitações, www.capetinga.mg.gov.br/transparencia/licitacoes/editaisdelicitacao e no sistema eletrônico www.licitardigital.com.br para conhecimento de todos os interessados.

21.11. Serão consideradas intempestivas impugnações endereçadas por outras formas ou outros endereços eletrônicos, que por essa razão não sejam recebidas pela pregoeira no prazo estabelecido.

21.12. Os pedidos de esclarecimento e impugnações enviados via e-mail após o horário de 16h00 serão consideradas entregues no dia posterior.

22.DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1. A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CAPETINGA, responsável pelo Pregão reserva-se ao direito de:

I. Revogar, no todo ou em parte, sempre que forem verificadas razões de interesse público, ocorrer fato superveniente, ou anular o procedimento, quando constatada ilegalidade no seu processamento, com supedâneo na Súmula 473, do Supremo Tribunal Federal;

II. Alterar as condições deste Edital, reabrindo o prazo para apresentação de propostas, na forma de legislação, salvo quando a alteração não afetar a formulação das ofertas;

III. Adiar o recebimento das propostas, divulgando, mediante aviso público, a nova data.

22.2. A pregoeira ou a autoridade superior poderá em qualquer fase da licitação, promover as diligências que considerarem necessárias, para esclarecer ou completar a instrução do processo licitatório.

22.3. A cópia do presente Edital poderá ser retirada diretamente no sistema eletrônico www.licitardigital.com.br e no sítio www.capetinga.mg.gov.br, no link licitações,



MUNICÍPIO DE CAPETINGA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Administração 2021/2024

[www. capetinga.mg.gov.br/transparencia/licitacoes/editaisdelicitacao](http://www.capetinga.mg.gov.br/transparencia/licitacoes/editaisdelicitacao).

22.4. Os interessados em participar do certame devem acompanhar as publicações referentes ao processo no site mencionado do item anterior, bem como as publicações nos meios oficiais, quando for o caso, com vista a possíveis alterações e avisos.

22.5. Constituem anexos deste Edital, dele fazendo parte integrante:

Anexo I – Termo de Referência

Anexo II – Modelo de Proposta Comercial;

Anexo III- Modelo de Declaração de que o licitante dispõe de equipamentos e pessoal;

Anexo IV - Minuta da Ata de Registro de Preço

Capetinga, 27 de agosto de 2024.

Luiz César Guilherme
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE CAPETINGA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Administração 2021/2024

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. INTRODUÇÃO

Este Termo de Referência foi elaborado em cumprimento ao disposto na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, e demais normas legais pertinentes à matéria.

2. OBJETIVO

OBJETO: Implantação de registros de preços, visando futuras prestações de serviços de Lavagem e Engraxada em veículos da Frota Municipal e Veículos de Convênio, conforme quantitativos e especificações contidas neste instrumento.

Os serviços serão adquiridos de forma parcelada, conforme as necessidades da contratante.

3. ESPECIFICAÇÕES:

As descrições dos serviços, bem como quantidade a ser adquirida, estão disponíveis em estão disponíveis nos itens que seguem abaixo.

Valor total estimado do processo: R\$ 285.776,00 (duzentos e oitenta e cinco mil, setecentos e setenta e seis reais)

ITEM	QTD	UNID	CODIGO	SERVIÇO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	200	SV	8824	LAVAGEM SIMPLES KOMBI	148,00	29.600,00
2	100	SV	8826	LAVAGEM SIMPLES AMBULANCIA	154,00	15.400,00
3	100	SV	8827	LAVAGEM COMPLETA AMBULANCIA	202,00	20.200,00
4	50	SV	8828	LAVAGEM SIMPLES VAN	181,00	9.050,00
5	50	SV	8829	LAVAGEM COMPLETA VAN	233,00	11.650,00
6	30	SV	8833	ENGRAXADA DE MAQUINAS PESADAS	182,00	5.460,00
7	50	SV	8834	ENGRAXADA VEICULOS LEVES	95,00	4.750,00
8	200	SV	10822	LAVAGEM COMPLETA KOMBI	236,00	47.200,00
9	100	SV	10823	LAVAGEM SIMPLES VEICULO LEVE	121,00	12.100,00
10	100	SV	10824	LAVAGEM COMPLETA VEICULO LEVE	152,00	15.200,00
11	30	SV	10825	ENGRAXADA VEICULOS SEMI PESADOS 1 (CAMINHÃO)	184,00	5.520,00
12	30	SV	10827	LAVAGEM SIMPLES CAMINHAO	285,00	8.550,00
13	50	SV	10828	LAVAGEM COMPLETA CAMINHAO	473,00	23.650,00
14	30	SV	10829	LAVAGEM SIMPLES ONIBUS	346,00	10.380,00
15	50	SV	10830	LAVAGEM COMPLETA ONIBUS	452,00	22.600,00
16	30	SV	10831	ENGRAXADA VEICULOS SEMI PESADOS 2 (ONIBUS)	195,00	5.850,00
17	12	SV	14152	LAVAGEM COMPLETA MAQUINAS PESADAS	523,00	6.276,00
18	20	SV	14153	LAVADA INTERNA A SECO DE BANCOS E CARPETES VEICULOS	498,00	9.960,00



MUNICÍPIO DE CAPETINGA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Administração 2021/2024

				LEVES		
19	20	SV	14154	LAVADA INTERNA A SECO DE BANCOS E CARPETES AMBULANCIA	409,00	8.180,00
20	20	SV	14155	LAVADA INTERNA A SECO DE BANCOS E CARPETES VAN	710,00	14.200,00

3.1 Os serviços de lavagem deverão ser prestados em estabelecimento próprio do licitante, em dias úteis em horário comercial, ou seja, das 7h às 18 horas, não podendo haver restrição de atendimento nesses horários.

3.2 Para os veículos da saúde (ambulâncias e TFD – tratamento fora do domicílio) a empresa deverá lavar os mesmos fora dos horários definidos no item anterior, inclusive aos finais de semana, caso seja necessária a higienização sanitária.

3.3 A licitante vencedora deverá estar adequada as normas ambientais que preconizam a atividade.

3.4 Lavagens Simples/Rápida: Entende-se por lavagem simples/rápida a que é procedida na parte interna e externa do veículo, retirando toda a sujeira observada na pintura, utilizando-se xampu neutro e biodegradável, incluindo a passagem nas entreportas, para-choques, pneus, aros, telas, faróis, atingindo todos os pontos desejados. Secagem com flanela limpa e conservada, com aplicação de silicone nas partes plásticas internas do veículo e aplicação de “pretinho” nos pneus. A lavagem simples difere da lavagem completa, pela exclusão dos itens lavagem da parte inferior do veículo, lavagem do motor e parte inferior do veículo.

3.5 Lavagens Completas/Geral: Entende-se por lavagem completa/geral do veículo, a sua limpeza inferior, externa, interna, secagem e acabamento, sopragem e aspiração geral. Inclui-se nesse processo a lavagem do motor, chassi, para-lamas, embuchamentos, etc. Lavagem das entreportas, para-choques, pneus, aros, telas, faróis e bancos, onde for possível o alcance dos pontos desejados. Inclui-se a lavagem a seco interna que compreende: Lavagem a Seco (bancos, carpetes, piso, forro lateral, forro teto): escovar e retirar a sujeira com máquina apropriada, utilizando-se aplicação de produtos adequados, quantas vezes necessárias para alcançar a limpeza desejada, com aplicação de silicone nas partes plásticas internas do veículo e aplicação de “pretinho” nos pneus.

4. JUSTIFICATIVA:

A Secretaria Municipal de Obras Públicas, Fiscalização de Serviços Urbanos e Rurais e Transporte tem buscado alternativas que visem à melhoria de todos os seus atendimentos e a racionalização de seus recursos no desempenho das suas atividades. A contratação de empresa especializada em serviços de lavagem e engraxada de veículos leves e pesados, máquinas e utilitários garante a vida útil e organização dos mesmos, bem como prioriza a economicidade, sendo que a frota necessita estar em perfeito estado de conservação, sempre limpa e organizada para prestação de serviços públicos, proporcionando um maior desempenho da frota de veículos, com vista à redução dos custos operacionais e verificando também o cumprimento das normas de utilização dos veículos.

A contratação de serviços de lavagem de veículos e máquinas que compõem a frota municipal de Capetinga/MG faz-se necessária para o bom desempenho das atividades do município e conservação da frota, tendo em vista que a limpeza dos carros, ônibus, caminhões, vans, kombis e máquinas pesadas da maneira correta é uma prática importante, tanto para a integridade dos



MUNICÍPIO DE CAPETINGA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Administração 2021/2024

veículos quanto para a saúde daqueles que fazem uso dele, justifica-se, também, a necessidade da contratação de empresa especializada por não possuir no Município local adequado para realização de tais serviços e o custo de tal serviço para manter servidores a frente de sua execução é consideravelmente maior que os serviços terceirizados, sem contar a aquisição de materiais e insumos necessários a tal execução.

A contratação em tela é comumente objeto de licitações no âmbito da Administração Pública.

Dentre as soluções encontradas, optou-se pela contratação por demanda, por questão de economicidade, em razão do quantitativo de veículos pertencente à frota deste município e da periodicidade de lavagens propostas e todos os materiais, suprimento e insumos de responsabilidade da licitante vencedora.

Os veículos do município prestam diversos serviços diretamente à população, como também são utilizados pelos servidores públicos municipais para execução de tarefas administrativas, o município conta também com um distrito que dista 14 km da sede do município, não contando com via pavimentada em sua totalidade, assim os veículos necessitam constantemente de lavadas e higienização.

Assim considera-se um serviço essencial e necessário ao bom andamento dos serviços públicos.

5. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO GLOBAL**, desde que observadas as especificações e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência.

Justifica-se que o critério de julgamento de menor preço global, assim se mostra **economicamente viável**, haja vista que há de se ter um padrão nos serviços a serem prestados, a indicação de parcelamento tornaria a prestação do serviço inviável. A exagerada divisão de objeto pode maximizar a influência de fatores que contribuem para tornar mais dispendiosa a contratação, não há nenhuma indicação de que o parcelamento seria mais vantajoso para a Administração. Ao contrário, os indícios são coincidentes em considerar a licitação global mais econômica, pois estimula entre os licitantes de um mesmo objeto a ofertar lances e consequentemente ser mais viável economicamente.

Outro ponto deve ser considerado em virtude da exagerada divisão de serviços é que em experiência recente em anos anteriores fizemos a divisão por lotes, veículos leves, meio leves e pesados fez com que os lotes de meio leves e pesados tivéssemos dificuldades tanto na contratação quanto na execução, a unificação de todos os itens em um único lote gera economia de escala, facilita a contratação e a fiscalização do contrato.

Outro ponto importante é a fiscalização do contrato que se tornaria mais complexa, demandando mais tempo de servidores para sua realização, fora analisado previamente a vantajosidade econômica e técnica para adoção de tal critério, sendo mais eficaz a contratação de uma empresa para conclusão de todas as etapas, evitando-se, em caso de desconformidade, apuração de responsabilidades entre empresas prestadoras.



MUNICÍPIO DE CAPETINGA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Administração 2021/2024

6. DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1 Os serviços deverão ser prestados em local próprio e adequado, conforme regulamentação específica. **Dentro da sede do Município de Capetinga/MG.**

6.1.1 A **licitante vencedora** deverá possuir oficina (lava-jato) bem estruturado e apropriado, **dentro da sede do Município de Capetinga**. Tal exigência referente à localização se faz necessária tendo em vista a obtenção da proposta mais vantajosa para este Município, pois, se a distância entre a sede do **Município** e a **licitante vencedora** caso assim não seja, a vantagem do “menor preço” ficará prejudicada em razão do aumento do custo e tempo com o deslocamento dos veículos, inviabilizando a competição. O raio máximo se justifica pelo tempo necessário para o transporte dos veículos nos deslocamentos, pela utilização de pessoal para efetuar os deslocamentos e pelo risco de acidentes de trânsito, acrescente-se a isso a efetividade do acompanhamento da prestação dos serviços, facilitando a periodicidade de visitas de profissional do **Município** para controle dos orçamentos apresentados, levantamentos, reparos a serem executados, etc.

6.1.2 Assim, a definição dentro da sede do município tem o potencial de melhorar a gestão sobre as manutenções dos veículos do Município, reduzindo as despesas com tal ação, efetivando o controle de todas as etapas do processo de manutenção dos veículos, desde a entrada na oficina até entrega na sede do município.

6.1.3 Não será admitida a lavagem/higienização de veículos e máquinas em vias públicas sem a devida conformidade de um estabelecimento, principalmente cumprindo as exigências legais e ambientais.

6.1.4 Em uma possibilidade de prestação de tal serviço em outra municipalidade somente o custo com deslocamento dos mesmos ou o transporte se tornaria mais oneroso que o próprio serviço.

6.2 O recebimento definitivo do objeto somente se efetivará com a atestação referida anteriormente.

6.3 A Prefeitura Municipal de Capetinga reserva o direito de não receber os serviços com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes neste Termo, podendo aplicar as sanções cabíveis.

6.4 No caso de imperfeições nos serviços, eles serão recusados, cabendo à fornecedora refazê-los dentro das características exigidas neste Termo, no prazo a ser determinado pela Prefeitura Municipal de Capetinga

6.5 A empresa deverá manter regime de plantão aos fins de semana, caso seja necessária a lavada e higienização de ambulâncias e TDF's (tratamento fora do domicílio) para que os mesmos tenham condições de continuar prestando os serviços.

7. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.1 Apresentação de no mínimo 01(um) Atestado(s) de capacidade operacional fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em papel timbrado, em nome da empresa comprovando a execução de serviços similares executados pela licitante.

7.1.1 Deverão ser apresentados minimamente atestados que comprovem a execução dos serviços relacionados à futura execução sendo os seguintes **serviços de maior relevância:**

7.1.1.1 O (s) atestado (s) devem corresponder a 50% das horas dos serviços a serem prestados

Lavagem de veículos leves e pesados, máquinas, equipamentos e utilitários
- lavagem simples e completa, engraxada e lavagem a seco de bancos e carpetes.



MUNICÍPIO DE CAPETINGA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Administração 2021/2024

ITEM	QTD	UNID	CODIGO	SERVIÇO
1	200	SV	8824	LAVAGEM SIMPLES KOMBI
2	100	SV	8826	LAVAGEM SIMPLES AMBULANCIA
3	100	SV	8827	LAVAGEM COMPLETA AMBULANCIA
4	50	SV	8828	LAVAGEM SIMPLES VAN
5	50	SV	8829	LAVAGEM COMPLETA VAN
6	30	SV	8833	ENGRAXADA DE MAQUINAS PESADAS
7	50	SV	8834	ENGRAXADA VEICULOS LEVES
8	200	SV	10822	LAVAGEM COMPLETA KOMBI
9	200	SV	10823	LAVAGEM SIMPLES VEICULO LEVE
10	200	SV	10824	LAVAGEM COMPLETA VEICULO LEVE
11	30	SV	10825	ENGRAXADA VEICULOS SEMI PESADOS 1 (CAMINHÃO)
12	30	SV	10827	LAVAGEM SIMPLES CAMINHAO
13	50	SV	10828	LAVAGEM COMPLETA CAMINHAO
14	30	SV	10829	LAVAGEM SIMPLES ONIBUS
15	50	SV	10830	LAVAGEM COMPLETA ONIBUS
16	30	SV	10831	ENGRAXADA VEICULOS SEMI PESADOS 2 (ONIBUS)
17	12	SV	14152	LAVAGEM COMPLETA MAQUINAS PESADAS
18	20	SV	14153	LAVADA INTERNA A SECO DE BANCOS E CARPETES VEICULOS LEVES
19	20	SV	14154	LAVADA INTERNA A SECO DE BANCOS E CARPETES AMBULANCIA
20	20	SV	14155	LAVADA INTERNA A SECO DE BANCOS E CARPETES VAN

7.1.2 Será aceito o somatório de atestados para comprovação da totalidade do objeto

8. CONDIÇÕES GERAIS:

8.1 A quantidade estimada é para contratação parcelada pelo período de 12 (doze) meses.

8.2 O objeto desta Licitação deverá ser prestado de acordo com a Autorização de Fornecimento emitida pela Prefeitura Municipal de Capetinga, conforme as condições de data, horário, local e quantidade estipulada na Ordem de Compra, no prazo máximo de **01 (um) dia**, contados da sua emissão. E para os veículos da saúde o chamado deve ser atendido em prazo não superior a 01 (uma) hora durante todos os dias em atendimento, caso necessário, sem restrição de dias e horários, haja vista que os serviços de saúde funcionam 24 (vinte e quatro) horas por dia e a paralisação dos veículos pode acarretar danos insuperáveis aos pacientes que utilizam os mesmos.

8.3 Os serviços deverão ser prestados em estrita observância às condições determinadas neste termo de referência.

8.4 A FORNECEDORA é obrigada a refazer os serviços de imediato e às suas expensas, quando forem verificados quaisquer irregularidades, vícios ou incorreções.

8.5 Os recursos orçamentários necessários ao adimplemento das obrigações decorrentes desta Ata correrão por conta das Dotações Orçamentárias abaixo descritas:

020101 04 122 0402 2.005 339039 FICHA 10

020201 04 122 0401 2.001 339039 FICHA 38



MUNICÍPIO DE CAPETINGA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Administração 2021/2024

020201 06 181 0601 2.012 339039 FICHA 54
020201 06 181 0601 2.014 339039 FICHA 64
020301 15 451 1501 2.056 339039 FICHA 75
020301 15 452 1501 2.220 339039 FICHA 109
020501 10 122 1002 2.030 339039 FICHA 191
020501 10 301 1001 2.023 339039 FICHA 217
020501 10 301 1001 2.024 339039 FICHA 237
020501 10 304 1003 2.028 339039 FICHA 378
020501 10 304 1003 2.028 339039 FICHA 380
020501 10 305 1001 2.029 339039 FICHA 408
020501 10 305 1001 2.029 339039 FICHA 410
020601 12 361 1206 2.036 339039 FICHA 474
020601 12 361 1206 2.036 339039 FICHA 475
020601 12 361 1206 2.036 339039 FICHA 476
020601 12 361 1206 2.036 339039 FICHA 477
020701 08 244 0801 2.016 339039 FICHA 622
020701 08 244 0801 2.016 339039 FICHA 623
020703 14 243 1401 2.048 339039 FICHA 661
020801 13 122 1401 2.224 339039 FICHA 677
0212 26 606 2602 2.221 339039 FICHA 749

9 GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 A prestação e entrega dos serviços será acompanhada, fiscalizada e atestada através dos servidores designados pela municipalidade, por cada departamento e secretaria, **GESTOR e FISCAL DESIGNADO**, que deverá anotar em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com execução do objeto, determinando o que for necessário para a regularização das falhas observadas, conforme previsto no art. 117 da Lei 14.133/21 e parágrafos e também poderá, constatando a inobservância quanto às especificações desta.

9.2 A Detentora deverá permitir acesso irrestritos aos gestores e fiscais dos contratos durante a execução do mesmo, a qualquer tempo, sem prévio agendamento.

10. PAGAMENTO

10.1. Os pagamentos serão efetuados em moeda corrente nacional, através de depósito em conta corrente da Detentora, ou diretamente na Divisão de Tesouraria da Prefeitura Municipal de Capetinga, no prazo de até **30 (trinta) dias** contados da apresentação da respectiva nota fiscal, sendo que esta deverá estar atestada pelo Gestor/Fiscal do objeto da licitação.

10.2. O “atesto” fica condicionado a verificação da conformidade da nota fiscal apresentada pela detentora com os serviços efetivamente prestados.

10.3. Nenhum pagamento de acréscimo no preço do objeto será autorizado sem o devido aditamento da ata.

11. VIGÊNCIA DA TA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 A Ata de Registro de Preços proveniente deste procedimento terá vigência de **12 (doze) meses**, na forma do artigo 84 da Lei 14.133, de 2021.



MUNICÍPIO DE CAPETINGA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Administração 2021/2024

11.2 O prazo de vigência poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.3 Os preços serão registrados em conformidade com a classificação obtida, observados os critérios estabelecidos no instrumento convocatório.

11.4 A Ata de Registro de Preços não obriga a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CAPETINGA a efetivar as contratações, podendo realizar licitação específica para contratação de um ou mais itens, obedecida a legislação pertinente, hipótese em que, em igualdade de condições, os beneficiários do registro terão preferência.

11.5 Se o preço inicialmente registrado tornar-se superior ao praticado no mercado, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CAPETINGA negociará com o fornecedor sua redução, caso contrário, o signatário da ata poderá requerer, por escrito, o cancelamento do registro do seu preço, devendo anexar ao requerimento documentação comprobatória.

11.6 O fornecedor, antes de ser convocado para a retirada da ATA, poderá requerer a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CAPETINGA, por escrito, o cancelamento do registro, se o preço de mercado tornar-se superior ao registrado ou por outro motivo superveniente, devendo apresentar documentação comprobatória do fato alegado, ressalvada a possibilidade de reequilíbrio econômico-financeiro, nos termos da alínea "d" do inciso II do artigo 124 da Lei nº 14.133/21.

11.7 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o art. 125 da Lei nº 14.133/21.

11.8 Os contratos derivados das Atas decorrente do Sistema de Registro de Preços deverão ser assinados no prazo de validade da ata e poderão ser alterados, desde que verificado o disposto na da alínea "d" do inciso II do artigo 124 da Lei nº 14.133/21.

12. SANÇÕES

12.1 - Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas, aplicáveis quando do descumprimento contratual:

I. 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na execução dos serviços objetos da Ata, ou por dia de atraso no cumprimento de obrigação contratual ou legal, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor dos serviços contratados, conforme orçamento aprovado, por ocorrência;

II. 10% (dez por cento) sobre o valor dos serviços, conforme orçamento aprovado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução dos serviços ou no cumprimento de obrigação contratual ou legal, com a possível rescisão;

III. 20% (vinte por cento) sobre o valor dos serviços, conforme orçamento aprovado, na hipótese de a Contratada, injustificadamente, desistir do registro de preço ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de descumprimento, quando o Município de Capetinga, em face da menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada.

12.2 - O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos pelo Município. Se os valores não forem suficientes, a diferença será descontada da garantia prestada ou deverá ser recolhida pela Contratada no prazo máximo de 3



MUNICÍPIO DE CAPETINGA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Administração 2021/2024

(três) dias úteis a contar da aplicação da sanção

12.3 - As sanções previstas, em face da gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

13 SUSTENTABILIDADE EM ATENDIMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

13.1 Observar as práticas sustentáveis estabelecidas pelo Decreto Estadual nº 46.105/2012, no que couber, em especial:

- a) Economia no consumo de água e energia;
- b) Minimização da geração de resíduos e destinação final ambientalmente adequada dos que forem gerados;
- c) Utilização de produtos atóxicos ou, quando não disponíveis no mercado, de menor toxicidade.

14 RELAÇÃO DOS VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPETINGA

PLACA	DESCRRIÇÃO	CHASSI	COR	COMBUSTÍVEL	ANO	PNEU	SETOR
RTR7D57	VW/ NEOBUS THUNDER FR	9532M52P5NR009702	BRANCA	DIESEL	2022	215/75 R 17,5	EDUCAÇÃO
QOR2437	IVECO WAY-CLASS 70C17HDE	93ZL72- CO1K8480 680	AMARELA	DIESEL	2018/2019	215/75 R17,5	EDUCAÇÃO
QPY6607	M.BENS/CAI O LO 916.ORE	9BM979277K B115427	AMARELA	DIESEL	2018/2019	235/75 R17,5	EDUCAÇÃO
HLF8142	VW/ 15.190 EOD E.HD ORE	9532882W4CR222473	AMARELA	DIESEL	2011/2012	900/20 R	EDUCAÇÃO
OQP8135	MPOLO/VOL ARE V8L	93PB58M1M DC048201	AMARELA	DIESEL	2013	750/16 LT	EDUCAÇÃO
OQO7626	VW/15190 EOD E.HD ORE	9532E82W- DR350386	AMARELA	DIESEL	2013	900/20	EDUCAÇÃO
OPI9197	VW/15.190 EOD E.HD ORE	9532E82WXDR313712	AMARELA	DIESEL	2012/2013	900/20	EDUCAÇÃO
NXX1566	VW/15.190 EOD E.HD ORE	9532E82WICR260026	AMARELO	DIESEL	2012	900/20	EDUCAÇÃO
QPB0429	VW/NEOBUS MINI ESC	9532M52P5KR911469	AMARELO	DIESEL	2018/2019	215/75 R17,5	EDUCAÇÃO
OPB8530	RENALT/ M REVES- CAP L3H2	93YADC1L6DJ537896	CINZA	DIESEL	2012/2013	205/75 R16	EDUCAÇÃO
OME5974	FIAT/UNO VIVACE 1.0	9BD9195152C343863	CINZA	FLEX	2012	175/70 R14	EDUCAÇÃO
HLF5377	VW/KOMBI ESCOLAR	9BWMF07XXBP017925	BRANCA	FLEX	2010/2011	185/14	EDUCAÇÃO
HLF7936	VW/ KOMBI ESCOLAR	9BWMF07X4CP019624	BRANCA	FLEX	2011/2012	185/14	EDUCAÇÃO
HLF1275	VW/ KOMBI ESCOLAR	9BWMF07X2AP0069 65	BRANCA	FLEX	2009/2010	185/14	EDUCAÇÃO
HLF7935	VW/ KOMBI ESCOLAR	9BWMF07X1CP0180 09	BRANCA	FLEX	2011/2012	185/14	EDUCAÇÃO
HMG8615	I/M BENZ 313CDI SPRIN- TERM	8AC9036727A955938	BRANCA	DIESEL	2006/2007	205/70 R15	EDUCAÇÃO



MUNICÍPIO DE CAPETINGA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Administração 2021/2024

PLACA	DESCCRIÇÃO	CHASSI	COR	COMBUSTÍVEL	ANO	PNEU	SETOR
SHD1B90	RENALT DUSTER INT 16	93HYJ402874	BRANCA	FLEX	2022/2023	215/65 R16	EDUCAÇÃO
PWR8198	FIAT/ ESTRADA WORKING	9BD579742308	BRANCA	FLEX	2015	175/70 R14	ESTRADAS
OMC5671	FIAT/FIORINO GCASA AMBI	9BD255049D8943487	BRANCA	FLEX	2012/2013	175/70 R14	ESTRADAS
ORC8227	M.BENZ ATRON 1719	9BWKB45U4FP O92743	BRANCA	DIESEL	2013	275/80 R22,5	ESTRADAS
OXE3726	VW/26.280 CRM 6X4	953658260ER425521	BRANCA	DIESEL	2014	1000/20	ESTRADAS
RETRO	RK4060124			DIESEL	2013	12/16,5 Dianteira 19,5/24 Trazeiro	ESTRADAS
RETRO JCB				DIESEL			ESTRADAS
PATROL PATROL XCMG	KAT 120K 0125			DIESEL		1400/24	ESTRADAS
PA CAR- REGADEIRA	130HP/ZL30BL HP/ZL30BL			DIESEL		17,5/25	ESTRADAS
TRATOR	BUDNY BDY540 750140			DIESEL		12.4-24	ESTRADAS
TRATOR	VALTRA 785 MWM					750/16 Dianteiro 18.4-30 Trazeiro	ESTRADAS
MOTO	YAMAHA/ YBR150	9C6RG3110J0016809	BRANCA	FLEX	2017/2018	90/90 R18	ESTRADAS
QPK3050	RENALT/ MASTER	93YMAFE- XAKJ548933	BRANCA	DIESEL	2018/2019	225/65 R16	SAUDE
QPR1237	FIAT/ FIORINO ALTER AM2	9BD26512HK9118763	BRANCA	FLEX	2018/2019	175/70 R14	SAUDE
QOI2797	I/ PEUGEOT PART	8AEGCN6A8JG514645	BRANCA	FLEX	2017/2018	175/70 R14	SAUDE
QOR2452	TOYOTA ETIOS HB 13L MT	9BRK19BT2J211175	BRANCA	FLEX		175/70 R14	SAUDE
PXY2034	FIAT/PALIO FIRE	9BD17122ZG7570464	BRANCA	FLEX	2015/2016	175/70 R14	SAUDE
PZT9305	RENALT/MASTER NIKS 16PMaster NIKS 16P	96YMEN4XEJJ780173	BRANCA	DIESEL	2017/2018	225/65 R16	SAUDE
PZT3369	FIAT/ MOBI	9BD341AXJY488416	BRANCA	FLEX	2017/2018	175/70 R13	SAUDE
PUY8651	VW/ SAVEIRO 1.6 ENGESIG A	9BWKB45U8FP092809	BRANCA	FLEX	2014/2015	175/70 R14	SAUDE
PUY8H13	VW/ SAVEIRO 1.6	9BWK45U4FP092743	BRANCA	FLEX	2014/2015	175/70 R14	SAUDE
PUY8725	VW/ SAVEIRO 1,6ENGESIG A	9BWKB45 U4FP078440	BRANCA	FLEX	2014/2015	175/70 R14	SAUDE
PUY8738	VW/ SAVEI- RO1.6 ENGESI- GA	9BWKB45 U5P0784415	BRANCA	FLEX	2014/2015	175/70 R14	SAUDE
HLF8231	VW/KOMBI LOTAÇÃO	9BWMF07X9CP021935	BRANCA	FLEX	2012	185/14	SAUDE



MUNICÍPIO DE CAPETINGA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Administração 2021/2024

PLACA	DESCRIÇÃO	CHASSI	COR	COMBUSTÍVEL	ANO	PNEU	SETOR
OMC5644	CITROEN/JUMPER M33M 23S	935ZBWMMBD2096416	BRANCA	DIESEL	2012/2013	205/70 R15	SAUDE
OWL6920	VW/NOVO	9BWAA45U-XEP138069	BRANCA		2013/2014	175/70 R14	SAUDE
PUN0859	FIAT/ PA- LIO FIRE	9BD17122LF5969015	BRANCA	FLEX	2014/2015	175/70 R13	SAUDE
ORC9689	RENALT/ SANDERO	93YBSR6RHEJ348869	BRANCA	FLEX	2014	185/65 R15	SAUDE
FWL3118	I/M. BENZ 515 CDIPRIN- TERM	8AC906657EE092055	BRANCA	DIESEL	2014	195/75 R16	SAUDE
RNZ7A64	CHEV/ SPIN 18LMT PREMIER	9BGJP7520NB127685	BRANCA	FLEX	2021/2022	205/60 R16	SAUDE
SHW9C95	FIAT/FIORINO UNITR AMB1	9BD2651PAP9228753	BRANCA	FLEX	2022/2023	175/65 R14	SAUDE
SHN0C51	FIAT/FIORINO UNITR AMB1	9BD2651PAP9223510	BRANCA	FLEX	2022/2023	175/65 R14	SAUDE
RNZ7A26	FIAT/ FIORINO END ROCHA A	9BD2651M HM9193669	BRANCA	FLEX	2021/2021	175/65 R14	SAUDE
SHC5134	RENALT REVESSCAP L3H2	93YF62004PJ469990	BRANCA	DIESEL	2021/2022	225/65 R16	SAUDE
SHC5135	FIAT/MOBI LIKE	9BD341ACZPY85729	BRANCA	DIESEL	2021	175/65 R14	PSF
SHC5122	FIAT/MOBI LIKE	9BD341ACZPY857291	BRANCA	FLEX	2022/2023	175/65 R14	PSF
QMQ6685	FIAT/MOBI EASY	9BD341A4 XJY496138	BRANCA	FLEX	2017/2018	175/70 R13	PSF
QOS8422	VW/ GOL 1.0L MC4	9BWAG45UKT009483	BRANCA	FLEX	2018/2019	175/70 R14	PSF
GVJ0729	SCANIA/ K112 33	9BSKC4X2Z03452979	BRANCA	DIESEL		1100 R22	ADMINIS- TRACÃO
QXW1173	CHEVRO-	9BG148DK0NC435204	BRANCA	DIESEL	2021/2022	245/70 R16	ADMINIS- TRACÃO
PWR8194	FIAT/ PALIO	9BD17102ZG7561855	BRANCA	FLEX	2015/2016	175/70 R13	ADMINIS- TRACÃO
DBM3H53	M.BENZ/MAS CA GRANVIA LO	9BM3840786B495716	BRANCA	DIESEL	2006	275/80 R22,5	ADMINIS- TRACÃO
GVE9E14	MBENS/BUSS CAR JUM BUSS R	9BM6340116B513902	PRATA	DIESEL	2006	295/80 R22,5	ADMINIS- TRACÃO
HMN7521	FORDCARGO 1517E	9BFXCE5U57BB21	BRANCA	DIESEL	2014/2015	1000/20	LIMPEZA
HLF9865	FIAT/UNO VIVACE 1,0	9BD195102D0378801	BRANCA	DIESEL	2012/2013	175/70 R13	CRAS
SHC5129	FIAT ARGO 1,0	9BD358ACPYM23527	BRANCA	FLEX	2022/2023	185/60 R15	CRAS
ORC8026	RENALT SANDERO AUTO	93YBSR6RHEJ92060	BRANCA	FLEX	2013/2014	175/70 R14	CONSELHO TUTELAR
QOR8419	VW/POLO MF	9BD195102003379678	BRANCA	FLEX	2018	185/65 R15	EPIDEMI- OLOGIA
HLF9866	FIAT/UNO VIVACE	9BD195102O0379678	BRANCA	FLEX	2012/2013	175/70 R13	EPIDEMI- OLOGIA
RTF5G76	TOYOTA/COROLA XEI 2.0	9BRB33-BE2N2083 414	PRETA	FLEX	2021/2022	225/45 R17	GABINE- TE
OXE3651	MMC/ L200 TRITON GXL D	93XXNKB8TE- CE8816	BRANCA	DIESEL	2014	245/70 R16	GABINE- TE



MUNICÍPIO DE CAPETINGA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Administração 2021/2024

PLACA	DESCRIÇÃO	CHASSI	COR	COMBUSTÍVEL	ANO	PNEU	SETOR
QMV1743	FIAT WEEKEND ADVENTURE	9BD37417DK5106343	BRANCA	FLEX	2019	205/60 R16	POLICIA MILITAR
QXW0C87	RE NALT/DUSTER ZEN 16	93YHJD207MJ670701	BRANCA	FLEX	2020/2021	215/65 R16	POLICIA MILITAR
HMH5527	FIESTA 1,6	9BFZF55P198370547	PRETA	FLEX	2008	175/65 R14	POLICIA CIVIL

15 GARANTIA DE INSPEÇÃO E DILIGÊNCIAS

15.1 A CONTRATANTE reserva-se o direito de realizar inspeções e diligências a qualquer momento a fim de avaliar a efetiva prestação de serviços pela CONTRATADA.

16. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

16.1 O reequilíbrio econômico-financeiro será deliberado pela Administração a partir de apresentação, protocolo e entrega de requerimento formal do interessado, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal, em papel timbrado da empresa, constando o número do processo licitatório, número do Pregão, descrição completa do objeto, data, identificação e assinatura do responsável pela empresa. Este requerimento deverá vir acompanhado de documentação comprobatória do incremento dos custos através de jornais, revistas, planilhas de custos e outros, gerando eventuais efeitos a partir da protocolização do requerimento nunca de forma retroativa.

17. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

17.1 A CONTRATADA deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução dos serviços objeto deste contrato.

17.2 Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução deste contrato;
- “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;
- “prática conluída”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a



execução dos serviços do contrato;

e) “prática obstrutiva”: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima;

17.3 Praticar conduta ilícita, essencialmente fraudulenta, com o objetivo de impedir os órgãos de fiscalização e controle em realizar a inspeção do certame.

18 OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

18.1. As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

18.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).

18.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

18.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

18.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

18.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da [LGPD](#).

18.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

18.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

18.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da [LGPD](#), inclusive quanto a eventual descarte realizado.

18.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados ([LGPD, art. 37](#)), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

18.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na [LGPD](#).

18.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados

pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da [LGPD](#).

18.13. Os contratos e convênios de que trata o [§ 1º do art. 26 da LGPD](#) deverão ser comunicados à autoridade nacional.

19. DO FORO

19.1 Para a solução de qualquer litígio emergente desta relação contratual ficando eleito o Foro da Comarca de Cássia/MG, renunciando as partes expressamente a qualquer outro, ainda que privilegiado.





MUNICÍPIO DE CAPETINGA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Administração 2021/2024

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Conforme item 9.3 do edital o licitante vencedor deverá encaminhar proposta realinhada constando a marca e o valor unitário de cada um dos itens cotados

Razão social da empresa, endereço, e o n.º do CNPJ/MF;

Ref.: Pregão Eletrônico nº. 010/2024

ITEM	QTD	UNID	CODIGO	SERVIÇO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	200	SV	8824	LAVAGEM SIMPLES KOMBI		
2	100	SV	8826	LAVAGEM SIMPLES AMBULANCIA		
3	100	SV	8827	LAVAGEM COMPLETA AMBULANCIA		
4	50	SV	8828	LAVAGEM SIMPLES VAN		
5	50	SV	8829	LAVAGEM COMPLETA VAN		
6	30	SV	8833	ENGRAXADA DE MAQUINAS PESADAS		
7	50	SV	8834	ENGRAXADA VEICULOS LEVES		
8	200	SV	10822	LAVAGEM COMPLETA KOMBI		
9	200	SV	10823	LAVAGEM SIMPLES VEICULO LEVE		
10	200	SV	10824	LAVAGEM COMPLETA VEICULO LEVE		
11	30	SV	10825	ENGRAXADA VEICULOS SEMI PESADOS 1 (CAMINHÃO)		
12	30	SV	10827	LAVAGEM SIMPLES CAMINHAO		
13	50	SV	10828	LAVAGEM COMPLETA CAMINHAO		
14	30	SV	10829	LAVAGEM SIMPLES ONIBUS		
15	50	SV	10830	LAVAGEM COMPLETA ONIBUS		
16	30	SV	10831	ENGRAXADA VEICULOS SEMI PESADOS 2 (ONIBUS)		
17	12	SV	14152	LAVAGEM COMPLETA MAQUINAS PESADAS		
18	20	SV	14153	LAVADA INTERNA A SECO DE BANCOS E CARPETES VEICULOS LEVES		



MUNICÍPIO DE CAPETINGA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Administração 2021/2024

19	20	SV	14154	LAVADA INTERNA A SECO DE BANCOS E CARPETES AMBULANCIA		
20	20	SV	14155	LAVADA INTERNA A SECO DE BANCOS E CARPETES VAN		

Validade da Proposta 90 (noventa) dias

Valor Total Geral da Proposta: R\$ _____ (_____).

Local/UF e Data.

.....
Nome e assinatura da Licitante



MUNICÍPIO DE CAPETINGA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Administração 2021/2024

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO

À
Prefeitura do Município de Capetinga
Rua Coronel Osório nº 400 - Centro
CEP: 37.993-000 – Capetinga/MG

Ref.: Pregão Eletrônico nº. 010/2024

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por seu representante legal o Sr. (a) _____, RG _____ e CPF _____, **DECLARA**, para os devidos fins que, sob penas da lei, que dispõe ou tem como dispor de maneira certa de estrutura, equipamentos e pessoal técnico necessário ao cumprimento dos serviços objeto dessa licitação.

Capetinga/MG, de de 2024.

Licitante

Nome CPF do responsável



MUNICÍPIO DE CAPETINGA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Administração 2021/2024

ANEXO IV

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/2024

Processo Administrativo Licitatório nº068/2024

PREGÃO ELETRÔNICO nº 010/2024

O **MUNICÍPIO DE CAPETINGA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 17.894.031/0001-36, com sede na cidade de Capetinga/MG, na Rua Coronel Osório nº 400 - Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Luiz César Guilherme**, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF sob o nº 156.153.458-70, RG 23.841.447-4 SSP/SP, residente e domiciliado na cidade Capetinga/MG, nos termos da Lei nº. 14.133, de 2021 e posteriores alterações, bem como as demais normas aplicáveis em face da classificação da proposta apresentada no **PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 068/2024, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2024**, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, **RESOLVE registrar os preços** oferecido pela empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, com sede, CEP, Município de, neste ato **representado pelo senhor**, portador da cédula de identidade nº e do CPF nº, de cuja proposta foi classificada em primeiro lugar no certame supracitado mediante as condições a seguir pactuadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- 1.1 Constitui o objeto da presente Ata é o **Implantação de registros de preços, visando futuras prestações de serviços de Lavagem e Engraxada em veículos da Frota Municipal e Veículos de Convênio**, na modalidade Pregão Eletrônico, pelo Sistema de Registro de Preço, do tipo Menor preço global.
- 1.2. Descrição do Objeto conforme disposto no quadro de vencedores em anexo.
- 1.3 Torna-se parte integrante desta Ata de Registro de Preços o Anexo I Termo de Referência do Pregão Eletrônico nº 010/2024.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA ENTREGA DO OBJETO

2.1. O objeto desta Licitação deverá ser prestado de acordo com a Autorização de Fornecimento emitida pela Prefeitura Municipal de Capetinga, conforme as condições de data, horário, local e quantidade estipulada na Ordem de Compra, no prazo máximo de 01 (um) dia, contados da sua emissão. E para os veículos da saúde o chamado deve ser atendido em prazo não superior a 01 (uma) hora durante todos os dias em atendimento, caso necessário, sem restrição de dias e horários, haja vista que os serviços de saúde funcionam 24 (vinte e quatro) horas por dia e a paralisação dos veículos pode acarretar danos insanáveis aos pacientes que utilizam os mesmos.



MUNICÍPIO DE CAPETINGA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Administração 2021/2024

2.1.1. Os serviços de lavagem deverão ser prestados em estabelecimento próprio do licitante, em dias úteis em horário comercial, ou seja, das 7h às 18 horas, não podendo haver restrição de atendimento nesses horários.

2.1.2. Para os veículos da saúde (ambulâncias e TFD – tratamento fora do domicílio) a empresa deverá lavar os mesmos fora dos horários definidos no item anterior, inclusive aos finais de semana, caso seja necessária a higienização sanitária.

2.1.3. A licitante vencedora deverá estar adequada as normas ambientais que preconizam a atividade.

2.2. Os serviços deverão ser prestados em estrita observância às condições determinadas neste termo de referência.

2.3. Somente após a emissão da Autorização de Serviço, é que a Detentora deverá iniciar o cumprimento das obrigações que tiver assumido com o Município de Capetinga.

2.4. O objeto da Ata de Registro de Preços não será recebido se estiver em desacordo com as condições estipuladas na Ata de Registro de Preços, nos autos do procedimento licitatório ou na Ordem de Serviço.

2.5. Deverão estar inclusos todos os custos no valor dos serviços.

2.6. A FORNECEDORA é obrigada a refazer de imediato e às suas expensas, serviços em que se verificarem quaisquer irregularidades, vícios ou incorreções.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 A Ata de Registro de Preços proveniente deste procedimento terá vigência de 12 (doze) meses, na forma do artigo 84 da Lei 14.133, de 2021.

3.1.1. O prazo de vigência poderá ser prorrogada, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

3.2. Os preços serão registrados em conformidade com a classificação obtida, observados os critérios estabelecidos no instrumento convocatório.

3.3. A Ata de Registro de Preços não obriga a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CAPETINGA a efetivar as contratações, podendo realizar licitação específica para aquisição de um ou mais itens, obedecida a legislação pertinente, hipótese em que, em igualdade de condições, os beneficiários do registro terão preferência.

3.4. Se o preço inicialmente registrado tornar-se superior ao praticado no mercado, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CAPETINGA negociará com o fornecedor sua redução, caso contrário, o signatário da ata poderá requerer, por escrito, o cancelamento do registro do seu preço, devendo anexar ao requerimento documentação comprobatória.

3.5. O fornecedor, antes de ser convocado para a retirada da ATA, poderá requerer a



MUNICÍPIO DE CAPETINGA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Administração 2021/2024

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CAPETINGA, por escrito, o cancelamento do registro, se o preço de mercado tornar-se superior ao registrado ou por outro motivo superveniente, devendo apresentar documentação comprobatória do fato alegado, ressalvada a possibilidade de reequilíbrio econômico-financeiro, nos termos da alínea “d” do inciso II do artigo 124 da Lei nº 14.133/21.

3.6. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o art. 125 da Lei nº 14.133/21.

3.7. Os contratos derivados das Atas decorrente do Sistema de Registro de Preços deverão ser assinados no prazo de validade da ata e poderão ser alterados, desde que verificado o disposto na alínea “d” do inciso II do artigo 124 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA QUARTA - DA INEXECUÇÃO, RESCISÃO E PENALIDADES

4.1. A ata deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas dispostas na Lei, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial previstas no art.155 e art.156 da Lei nº14.133, de 2021, sem prejuízo das seguintes sanções:

4.1.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a detentora que:

A) der causa à inexecução parcial da ata;

B) der causa à inexecução parcial da ata que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

C) der causa à inexecução total da ata;

D) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

E) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução da ata;

F) praticar ato fraudulento na execução da ata;

G) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

H) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

4.2. Serão aplicadas à detentora que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I) **Advertência**, quando a detentora der causa à inexecução parcial da ata, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”,

“c” e “d” do subitem acima desta Ata, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima desta ata, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV) Multa:

a) O **atraso** injustificado na execução da Ata sujeitará a detentora ao pagamento de multa no valor de **1% (um por cento)** sobre o valor total da ata, **por dia de atraso**.

b) Na hipótese da detentora **inadimplir total ou parcialmente** a Ata, a Administração poderá, garantida prévia defesa, aplicar multa de **10% (dez por cento)**, do valor total registrado, devidamente atualizado;

c) A Administração Pública do Município de Capetinga se reserva o direito de, a seu critério, descontar dos pagamentos devidos à detentora, o valor da multa.

4.3. A aplicação das sanções previstas nesta ata não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

4.4. Todas as sanções previstas nesta ata poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

4.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

4.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante à detentora, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

4.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

4.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à detentora, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

4.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

A) a natureza e a gravidade da infração cometida;



B) as peculiaridades do caso concreto;

C) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

D) os danos que dela provierem para o Contratante;

E) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

4.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

4.8. A personalidade jurídica da detentora poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta ata ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a detentora, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

4.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

4.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

4.11. Os débitos da detentora para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes desta mesma ata ou de outros contratos administrativos que a detentora possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

4.12. O objeto do presente Termo poderá ser rescindido:

4.12.1. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

4.12.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;



MUNICÍPIO DE CAPETINGA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Administração 2021/2024

4.12.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021,

4.12.4. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do caput será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

4.12.5. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

4.12.5.1. Por razão de interesse público; ou

4.12.5.2. A pedido do fornecedor

CLÁUSULA QUINTA - DA ACEITAÇÃO DO OBJETO

5.1. A Administração Pública do Município de Capetinga reserva-se no direito de, a qualquer momento, recusar o recebimento do objeto em desacordo com as especificações exigidas, por seu conhecimento específico ou exclusivo critério de avaliação.

5.2. A avaliação será realizada por servidor da Administração Pública do Município de Capetinga, que por seus conhecimentos técnicos, observando as especificações exigidas, emitirá parecer acerca da aceitação do objeto.

5.3. Na eventualidade da Administração Pública do Município de Capetinga recusar-se a receber o objeto por estar ele em desacordo com as especificações exigidas, não se responsabilizará por nenhum gasto com despesa de transporte ou qualquer outra necessária à devolução ou à substituição do objeto da Ata de Registro de Preço.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES PARA RECEBIMENTO DO OBJETO

6.1. O objeto será recebido pelo gestor/fiscal da Ata, que verificará se os serviços estão em conformidade com as especificações constantes na Autorização de Serviço, observando o art. 140 da Lei 14.133, de 2021:

a. PROVISORIAMENTE, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;

b. DEFINITIVAMENTE, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, o que se dará após 15 (quinze) dias do recebimento provisório.



MUNICÍPIO DE CAPETINGA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Administração 2021/2024

6.2. Somente após a emissão da Autorização de Serviço, é que a detentora deverá iniciar o cumprimento das obrigações que tiver assumido com a Administração Pública do Município de Capetinga.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO OBJETO

7.1. A prestação dos serviços será acompanhada, fiscalizada e atestada através dos servidores designados por cada departamento e secretaria, **GESTOR e FISCAL DESIGNADO**, que deverá anotar em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com execução do objeto, determinando o que for necessário para a regularização das falhas observadas, conforme previsto no art. 117 da Lei 14.133/21 e parágrafos e também poderá, constatando a inobservância quanto às especificações desta:

- I. Mandar suspender a prestação dos serviços;
- II. Mandar substituir o combustível de má qualidade;
- III. Suspender o pagamento;
- IV. Rescindir a ATA.

7.2 Acompanhar a entrega dos serviços e quando houver avaliação técnica, acompanhar a análise, certificando que os serviços prestados estejam de acordo com o estabelecido nesta ATA, sem prejuízo da responsabilidade da Detentora, podendo rejeitá-los, mediante justificativa;

7.3 Fornecer as instruções necessárias à prestação dos serviços;

7.4 Proceder a mais ampla fiscalização sobre o fiel cumprimento do objeto deste instrumento, sem prejuízo da responsabilidade da Detentora;

7.5 O objeto da ATA, mesmo entregue e aceito definitivamente, ficará sujeito à substituição desde que comprovada a pré-existência de defeitos, má-fé do fornecedor, bem como alterações que comprometam a integridade e a utilização;

CLÁUSULA OITAVA - DO PREÇO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

8.1. O preço certo e ajustado para a prestação dos serviços é de **R\$ _____ (_____)**, a ser pago em conformidade com o **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2024** e cláusula seguinte desta Ata.

CLÁUSULA NONA - DO PAGAMENTO

9.1 Os pagamentos serão efetuados em moeda corrente nacional, através de depósito em conta



MUNICÍPIO DE CAPETINGA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Administração 2021/2024

corrente da Detentora, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da apresentação da nota fiscal, sendo que esta deverá estar atestada pelo Gestor/Fiscal do objeto da licitação.

9.2 O “atesto” fica condicionado a verificação da conformidade da nota fiscal apresentada pela detentora com os serviços efetivamente prestados.

9.3. Nenhum pagamento de acréscimo no preço do objeto será autorizado sem o devido aditamento da Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA - REAJUSTE E REEQUILÍBRIO

10.1 O reequilíbrio econômico-financeiro será deliberado pela Administração a partir de apresentação, protocolo e entrega de requerimento formal do interessado, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal, em papel timbrado da empresa, constando o número do processo licitatório, número do Pregão, descrição completa do objeto, data, identificação e assinatura do responsável pela empresa. Este requerimento deverá vir acompanhado de documentação comprobatória do incremento dos custos através de jornais, revistas, planilhas de custos e outros, gerando eventuais efeitos a partir da protocolização do requerimento nunca de forma retroativa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES

11.1. DA DETENTORA:

11.1.1. A Detentora será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais, resultantes da aquisição do objeto deste ATA.

11.1.2. A Detentora será responsável pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração, bem como a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

11.1.3. A Detentora reconhece a Administração Pública do Município de Capetinga o direito de, a critério deste, descontar dos pagamentos devidos o valor de multas e demais sanções pecuniárias previstas neste ATA.

11.1.4. A Detentora não poderá sem anuência da Administração Pública do Município de Capetinga, modificar quaisquer especificações deste Termo, Edital e seus anexos.

11.1.5. A Detentora é obrigada a permitir e facilitar a fiscalização ou supervisão pela Administração Pública do Município de Capetinga, em qualquer momento, devendo prestar as informações e esclarecimentos solicitados, de acordo com art. 137, II, da Lei 14.133, de 2021.

11.1.6. A Detentora é obrigada a comunicar à Administração Pública do Município de Capetinga a ocorrência de qualquer fato ou condição que possa atrasar ou impedir a aquisição do objeto, no todo ou em parte.

11.1.7. A Detentora é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

11.1.8. A Detentora deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em lei, bem como diligenciar para que o objeto seja adquirido em perfeitas condições, não podendo conter quaisquer vícios.

11.1.9. A Detentora é obrigada a manter, durante toda a execução da ATA, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.1.10. A Detentora fica obrigada a prestar um serviço de boa qualidade, caso não o faça deverão ser refeitos, correndo por conta exclusiva do contratado as despesas com transporte decorrente deste procedimento.

11.1.11. A detentora fica obrigada a prestar os serviços de acordo com o preço registrado e nas quantidades indicadas em cada Autorização de Serviço;

11.1.12. A detentora será responsável pelo deslocamento para execução dos serviços até o local informado na Autorização de Serviço;

11.1.13. A detentora ficará obrigada a refazer, imediatamente, o serviço que vier a ser recusado, sem nenhum custo adicional para a CONTRATANTE;

11.1.14. A detentora assume como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes dos serviços, mão-de-obra, necessário à boa e perfeita prestação dos serviços;

11.1.15. A Detentora será responsável, também, pela inidoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados à Contratante ou a terceiros;

11.1.16. A Detentora deverá comprovar, a qualquer momento, o pagamento dos tributos que incidirem sobre o objeto fornecido;

11.2. DA CONTRATANTE:

11.2.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela detentora, de acordo com a ata e seus anexos;

11.2.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

11.2.3. Notificar a Detentora, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

11.2.4. Acompanhar e fiscalizar a execução da ata e o cumprimento das obrigações pela Detentora;



MUNICÍPIO DE CAPETINGA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Administração 2021/2024

11.2.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

11.2.6. Efetuar o pagamento a Detentora do valor correspondente a prestação do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos na presente ATA;

11.2.7. Aplicar a Detentora as sanções previstas na lei e nesta ATA;

11.2.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução Da presente ata, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

11.2.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela detentora.

11.2.10. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela detentora com terceiros, ainda que vinculados à execução da ata, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da detentora, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA SUBCONTRATAÇÃO

12.1. Esta Ata de Registro de Preços, bem como os direitos e obrigações dela decorrentes, **não poderá ser subcontratada**, cedida ou transferida, total ou parcialmente, nem ser executado em associação da ADJUDICATÁRIA com terceiros, sob pena de aplicação de sanção, inclusive rescisão.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA OBRIGAÇÃO DOS SUCESSORES

13.1. A Ata de Registro de Preços vincula as partes que dela participam e seus sucessores a qualquer título.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes desta licitação correrão à conta da dotação orçamentária abaixo:

020101 04 122 0402 2.005 339039 FICHA 10
020201 04 122 0401 2.001 339039 FICHA 38
020201 06 181 0601 2.012 339039 FICHA 54
020201 06 181 0601 2.014 339039 FICHA 64
020301 15 451 1501 2.056 339039 FICHA 75
020301 15 452 1501 2.220 339039 FICHA 109
020501 10 122 1002 2.030 339039 FICHA 191
020501 10 301 1001 2.023 339039 FICHA 217
020501 10 301 1001 2.024 339039 FICHA 237
020501 10 304 1003 2.028 339039 FICHA 378

020501 10 304 1003 2.028 339039 FICHA 380
020501 10 305 1001 2.029 339039 FICHA 408
020501 10 305 1001 2.029 339039 FICHA 410
020601 12 361 1206 2.036 339039 FICHA 474
020601 12 361 1206 2.036 339039 FICHA 475
020601 12 361 1206 2.036 339039 FICHA 476
020601 12 361 1206 2.036 339039 FICHA 477
020701 08 244 0801 2.016 339039 FICHA 622
020701 08 244 0801 2.016 339039 FICHA 623
020703 14 243 1401 2.048 339039 FICHA 661



020801 13 122 1401 2.224 339039 FICHA 677

0212 26 606 2602 2.221 339039 FICHA 749

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

15.1. A DETENTORA deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto da ata.

15.2. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução da ata;

b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução da ata;

c) “prática conluída”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da ata.

e) “prática obstrutiva”: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima;

15.3. Praticar conduta ilícita, essencialmente fraudulenta, com o objetivo de impedir os órgãos de fiscalização e controle em realizar a inspeção do certame.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

16.1. As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

16.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).

16.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas

em Lei.

16.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

16.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

16.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da [LGPD](#).

16.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

16.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

16.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da [LGPD](#), inclusive quanto a eventual descarte realizado.

16.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados ([LGPD, art. 37](#)), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

16.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na [LGPD](#).

16.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da [LGPD](#).

16.13. Os contratos e convênios de que trata o [§ 1º do art. 26 da LGPD](#) deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS VEDAÇÕES

17.1. É vedado à DETENTORA interromper a prestação dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICIDADE

18.1. O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no sítio oficial do Município na internet, bem como no Diário Oficial do Município.



MUNICÍPIO DE CAPETINGA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Administração 2021/2024

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

19.1. Fica eleito o foro da comarca de Cássia/MG para dirimir quaisquer dúvidas com relação a esta Ata, com renúncia a qualquer outro, mesmo que privilegiado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DOS CASOS OMISSOS

20.1. Os casos omissos serão dirimidos de acordo com a nos termos da Lei nº. 14.133, de 2021 e posteriores alterações, bem como no Decreto Municipal nº 012/2024, Lei Complementar nº. 123/2006, e demais disposições aplicáveis à espécie, bem como vinculado ao **Processo Administrativo Licitatório nº 068/2024, Pregão Eletrônico nº 010/2024.**

20.2. E, por estarem assim justos e contratados, mandaram redigir a presente Ata em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que após lido e achado conforme, assinam-no na presença das duas testemunhas abaixo assinadas que a tudo ouviram o assistiram.

Capetinga/MG, ____ de ____ de 2024.

Município de Capetinga-MG

Luiz César Guilherme

Contratante

Representante Legal

Contratada

TESTEMUNHAS:

1-

2-



MUNICÍPIO DE CAPETINGA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Administração 2021/2024

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 068/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2024
REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2024

A Prefeitura Municipal de Capetinga/MG, torna público para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade Pregão, na forma eletrônica, no site (<https://ammlicita.org.br>), com modo de disputa ABERTO, a fim de selecionar propostas para **“Implantação de registros de preços, visando futuras prestações de serviços de Lavagem e Engraxada em veículos da Frota Municipal e Veículos de Convênio”**, cujo critério de julgamento será o de “Menor Valor Global” em sessão pública, sendo recebidas as propostas até **às 9 horas do dia 17 de setembro de 2024**, e início da disputa de lances **a partir das 17 horas do dia 03 de setembro de 2024** o certame será realizado em conformidade com os Decretos nº 071/2020 e 004/2024 e, na Lei 14.133/2021 e posteriores alterações, na Lei Complementar n.º 123/2006 e das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos integrantes.

O Edital do Pregão está à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Capetinga/MG, na Rua Cel. Osório, n.º 400, Centro, em Capetinga/MG – Seção de Licitações e Contratos, das 8h às 11h e das 12h 30min às 16h nos endereços eletrônicos www.ammlicita.org.br e www.capetinga.mg.gov.br.

Capetinga/MG, 29 de agosto de 2024.

DALMA DE OLIVEIRA PEREIRA
Pregoeira

Afixado no quadro de avisos do saguão da Prefeitura Municipal e da Câmara Municipal conforme Lei Orgânica (n.º 883) de 19 de março de 1990, art. 73 A em

29 / 08 / 2024

Sônia Aguiar de Souza Zacchello
Diretora do Departamento de
Administração